

VOCES
DEL SUR

Cartografia do Silêncio

Relatório Sombra sobre Liberdade de
Imprensa na América Latina 2025

Cartografia do Silêncio

RELATÓRIO SOMBRA SOBRE
LIBERDADE DE IMPRENSA NA
AMÉRICA LATINA 2025

COORDENAÇÃO

Chloe Zoeller

PESQUISA E ANÁLISE*

Eugenia D'Angelo
Natalia Peña Boero

PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS*

Virginia Paglia

SUPORTE TÉCNICO*

María Florencia Torres

EDIÇÃO E DESIGN*

Jerem Aspen

* Os dados, análises e recomendações apresentados neste documento são de responsabilidade das organizações que compõem a Rede Voces del Sur e não refletem necessariamente a posição, os valores ou as opiniões da equipe de consultoria.



A Red Voces del Sur (Red VDS) é um grupo regional de organizações da sociedade civil na América Latina que trabalham em coordenação com o objetivo de promover e defender a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas. A Red

VDS nasceu em 2017 com a ideia de criar um registro comum dos ataques contra a liberdade de imprensa, permitindo uma visão comparativa da situação dessas liberdades fundamentais na região. A Red VDS está legalmente constituída no Uruguai desde 2024.

ARGENTINA — Foro de Periodismo Argentino (FOPEA)

BOLÍVIA — Asociación Nacional de la Prensa de Bolivia (ANP)

BRASIL — Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

CHILE — Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC)

COLÔMBIA — Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP)

COSTA RICA — Instituto de Prensa y Libertad de Expresión (IPLEX)

CUBA — Instituto Cubano de Libertad de Expresión y Prensa (ICLEP)

EQUADOR — Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios)

EL SALVADOR — Asociación de Periodistas de El Salvador (APES)

GUATEMALA — Instituto Centroamericano de Estudios para la Democracia Social (DEMOS)

HONDURAS — Comité por la Libre Expresión (C-LIBRE)

MÉXICO — Artículo 19 México y Centroamérica (Article 19)

NICARÁGUA — Fundación por la Libertad de Expresión y Democracia (FLED)

PARAGUAI — Instituto de Derecho y Economía Ambiental (IDEA)

PERU — Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS-Perú)

URUGUAI — Centro de Archivos y Acceso a la Información (CAinfo)

VENEZUELA — Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS-Venezuela)

WWW.VOCESDELSURUNIDAS.ORG



LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃOCOMERCIAL-COMPARTILHAIGUAL 4.0 INTERNACIONAL.
O MATERIAL PODE SER ADAPTADO E COMPARTILHADO SOB A MESMA LICENÇA, CITANDO O ORIGINAL.

Esta publicação foi viabilizada graças ao apoio da Pan American Development Foundation (PADF). O conteúdo do relatório é da responsabilidade dos autores e não representa os pontos de vista da organização.



Conteúdo

Resumo Executivo.....	4
Introdução.....	6
Metodologia.....	7
Capítulo 1. Análise Regional.....	14
Capítulo 2. Argentina.....	25
Capítulo 3. Bolívia.....	29
Capítulo 4. Brasil.....	33
Capítulo 5. Chile.....	37
Capítulo 6. Colômbia.....	41
Capítulo 7. Costa Rica.....	45
Capítulo 8. Cuba.....	48
Capítulo 9. Equador.....	52
Capítulo 10. El Salvador.....	56
Capítulo 11. Guatemala.....	60
Capítulo 12. Honduras.....	64
Capítulo 13. México.....	68
Capítulo 14. Nicarágua.....	72
Capítulo 15. Paraguai.....	76
Capítulo 16. Peru.....	79
Capítulo 17. Uruguai.....	83
Capítulo 18. Venezuela.....	87
Conclusões.....	91

Resumo Executivo

Em 2025, a liberdade de imprensa na América Latina passou por um revés estrutural marcado pela consolidação de formas cada vez mais complexas de silenciamento. **A Red Voces del Sur (Rede VDS) documentou 2.484 alertas que afetaram 3.230 vítimas em 17 países da região.** O número é menor que o registrado em 2024, mas isso não representa uma melhoria, e sim uma reconfiguração da violência para mecanismos menos visíveis, especialmente nas esferas digital, judicial e institucional, além do avanço da autocensura e das zonas de silêncio.

A violência letal ceifou a vida de 23 jornalistas em 2025, nove a mais do que em 2024, o equivalente a uma morte a cada 16 dias. O México registrou sete assassinatos e consolidou-se como o país mais letal da região, seguido do Equador (cinco) e do Peru (quatro). Também foram registrados assassinatos na Guatemala, Honduras, Colômbia e El Salvador. **A maioria das vítimas investigava casos de corrupção, economias ilegais ou crime organizado e denunciava ameaças anteriores ou tinha medidas protetivas.** A impunidade para esses crimes confirma o colapso das garantias mínimas para o jornalismo na América Latina.

O monitoramento regional confirma o papel central do Estado nas violações da liberdade de imprensa: **um em cada dois agressores identificados fazia parte do Estado.** Essa tendência é especialmente crítica em Cuba, Venezuela, Honduras, Uruguai, Peru, Argentina e Equador, onde os atores estatais ultrapassaram 50% dos alertas. Em contextos autoritários como em Cuba, Nicarágua e Venezuela, a centralidade estatal se expressou através da vigilância, perseguição, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e censura sistemática. Em países formalmente democráticos, a repressão estatal foi exercida através da estigmatização pública, da criminalização discursiva e das restrições institucionais destinadas a intimidar e silenciar o jornalismo.

O discurso estigmatizante foi a segunda categoria mais frequente dos alertas de 2025, com 547 registros. **Pelo menos metade dos discursos estigmatizantes foram feitos por atores estatais.** A Argentina liderou essa categoria com 139 registros, seguida por Colômbia, El Salvador, Costa Rica, Brasil e Chile. Essas práticas procuram desacreditar jornalistas e meios de comunicação social, corroer a confiança pública e legitimar novos ataques. O impacto é especialmente grave quando provocado por atores com poder político ou alta exposição pública, uma vez que amplificam a vulnerabilidade da imprensa a outras formas de violência.

Da mesma forma, a violência digital consolidou-se como uma das principais formas de agressão contra a imprensa na América Latina. A Red VDS documentou 182 alertas relacionados ao uso de tecnologias digitais, com Colômbia, México e Equador entre os países mais afetados. Campanhas de difamação coordenadas, ameaças nas redes sociais, vigilância, trolls organizados e uso de inteligência artificial para produzir conteúdo falso mostram como as novas tecnologias amplificam a capacidade de intimidação e perseguição sustentada. No Chile, em El Salvador e na Nicarágua, houve uma proporção significativa de alertas em espaços digitais (45,6%, 65,8% e 58,7%, respectivamente).

Em 2025, houve 296 ataques físicos contra jornalistas, o equivalente a mais de um em cada dez alertas regionais. O México liderou essa categoria com 57 registros, seguido por Brasil, Argentina e Bolívia. Ao contrário de outras formas de agressão, a violência física mostra uma distribuição relativamente equilibrada entre atores estatais e não estatais, o que revela que a ameaça à integridade física dos jornalistas não vem exclusivamente do Estado, mas de um espectro mais amplo de agressores.

O assédio judicial também permaneceu um mecanismo de censura com 190 alertas, com México, Argentina, Colômbia e Brasil entre os países com mais registros. O uso abusivo de ações judiciais civis ou criminais, investigações infundadas, ordens para remover conteúdos e pedidos de acesso a comunicações privadas foram usados para intimidar, corroer a reputação e a economia dos jornalistas e para condicionar investigações de interesse público.

Além disso, foram registrados 279 alertas para restrições ao acesso à informação pública. O México liderou esse indicador com 59 registros, seguido por Colômbia, Argentina, Honduras e El Salvador. As recusas sistemáticas de responder a pedidos, atrasos injustificáveis, exclusão de coletivas de imprensa e obstáculos administrativos limitaram a capacidade de investigar, verificar e divulgar informações relevantes para o público.

Em resumo, 2025 confirmou que a violência contra a imprensa na América Latina não diminuiu: ela se transforma e se aperfeiçoa. A convergência entre a repressão estatal, o crime organizado, a repressão abusiva, o assédio digital e a estigmatização pública aprofundam a autocensura, alargam as zonas de silêncio e enfraquecem o direito dos cidadãos à informação. A deterioração sustentada da liberdade de imprensa é um sinal crítico do enfraquecimento da democracia na região.

Introdução

A Red Voces del Sur (VDS) é uma iniciativa regional composta por 17 organizações da sociedade civil que promovem e defendem a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o acesso à informação na América Latina. Em 2025, a Red VDS consolidou um marco no seu processo institucional estabelecendo-se como uma organização independente, adquirindo o caráter jurídico de uma associação civil autônoma.

Desde 2017, a Red Voces del Sur vem desenvolvendo e implementando uma metodologia comum de monitoramento, baseada no Indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para registrar violações desses direitos fundamentais de forma sistemática, rigorosa e comparável. Por meio dessa metodologia consensual – e em constante evolução –, as organizações membros documentam alertas sobre atos de violência contra jornalistas, trabalhadores dos meios de comunicação, organizações da sociedade civil e familiares de jornalistas, entendidas como ações destinadas a obstruir, censurar ou afetar adversamente o exercício do jornalismo.

Esse sistema de monitoramento está estruturado com base num conjunto de 15 indicadores regionais que permitem classificar os diferentes tipos de violência contra a imprensa, além de um indicador transversal de violência baseada no sexo que visa a tornar visível a violência diferenciada que as mulheres jornalistas enfrentam. Ao longo do ano, a rede publica alertas que alimentam uma base de dados regional, o que constitui a principal contribuição para a preparação do Relatório Sombra anual.

Para além da sua função de registro, a Red VDS consolidou-se como um ator-chave na incidência regional e internacional, articulando evidências que contribuem com os mecanismos de responsabilização dos órgãos estatais e com a promoção de políticas públicas baseadas em normas internacionais de direitos humanos. Nesta oitava edição do Relatório Sombra, a Red VDS traz uma análise independente que procura enriquecer e contrastar as informações oficiais reportadas pelos estados sobre o cumprimento do ODS 16.10.1. O relatório fornece um diagnóstico regional das principais tendências, desafios e contratempos na liberdade de imprensa e de expressão na América Latina durante 2025. Eles são complementados por análises de cada país que refletem as particularidades dos contextos nacionais e fazem recomendações destinadas a melhorar as condições para a prática do jornalismo. A edição de 2025 do Relatório Sombra introduz mudanças metodológicas substantivas que procuram captar com mais precisão a complexidade dos ataques contra a imprensa na região, conforme detalhado na seção a seguir. As alterações podem levar a discrepâncias entre os relatórios nacionais dos parceiros e o Relatório Sombra da VDS. Como mencionado, isso se deve apenas a questões metodológicas e de forma alguma põe em xeque a integridade dos relatórios dos parceiros a nível nacional.

Metodologia

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16

Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

Meta 16.10

Assegurar o acesso do público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com as leis nacionais e acordos internacionais.

Indicador 16.10.1

Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de: jornalistas, membros associados aos meios de comunicação, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses.

A informação e os dados que apoiam este relatório-sombra são advindas do monitoramento realizado pelas 17 organizações parceiras da Red VDS na América Latina. Esse monitoramento emprega uma metodologia comum, acordada e constantemente revista, alinhada com os parâmetros do indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A metodologia é centrada no monitoramento e documentação de alertas sobre atos de violência contra a imprensa, entendidos como situações que constituem violações da liberdade de expressão e cujo objetivo direto é obstruir, censurar ou afetar negativamente a prática profissional do jornalismo. Só são registrados os eventos cuja motivação está diretamente ligada ao trabalho jornalístico da pessoa afetada.

A edição de 2025 introduz alterações metodológicas substanciais em comparação com anos anteriores. As mudanças afetam tanto a lógica de contagem como o âmbito dos indicadores e devem ser consideradas quando se faz comparações interanuais. A mais substancial delas diz respeito à relação entre alertas e vítimas. Até 2024, ambas as variáveis eram diretamente equalizadas: cada alerta correspondia a uma vítima. A partir de 2025, os alertas e as vítimas são contabilizados de forma independente. Os alertas são contados como unidades de contexto, enquanto as vítimas são contadas separadamente em cada alerta. Isso significa que o mesmo evento que afeta vários jornalistas simultaneamente — como uma operação policial durante um protesto ou uma campanha coordenada de assédio — é registrado como

um único alerta com várias vítimas, em vez de gerar tantos alertas quanto as pessoas afetadas. A mudança procura captar de forma mais fiel a natureza das agressões e evitar a distorção gerada pelo sistema anterior, mas implica que os números de alerta de 2025 não são diretamente comparáveis com os dos anos anteriores em termos absolutos. Da mesma forma, essa modificação pode gerar diferenças entre os dados reportados nos relatórios nacionais de cada organização parceira, uma vez que respondem a diferentes critérios de contagem. Essas discrepâncias não constituem inconsistências metodológicas, mas sim o resultado de um ajustamento deliberado na unidade de análise, e fazem parte do processo de melhoria e de harmonização do acompanhamento regional.

Assim, também introduzimos a possibilidade de registrar múltiplos indicadores dentro do mesmo alerta. Nos anos anteriores, cada alerta foi classificado sob um único indicador predominante, o que forçou as organizações parceiras a identificar o tipo de violação dominante, mesmo que o mesmo episódio combinasse várias formas de agressão. A partir desse período, todos os tipos de violações que correspondem ao mesmo contexto devem ser registrados, mantendo apenas um alerta por linha. Isso torna possível captar com mais precisão a complexidade dos ataques, que frequentemente vinculam, por exemplo, a detenção arbitrária com ataques físicos e restrições ao acesso à informação dentro do mesmo episódio repressivo.

Ao mesmo tempo, há ajustes no tipo de vítimas, ampliando e esclarecendo o seu alcance em relação aos anos anteriores. Em particular, jornalistas, analistas e produtores de conteúdo jornalístico — incluindo freelancers, blogueiros, YouTubers e influenciadores — estão incluídos na mesma categoria; cartunistas estão incorporados e a noção de trabalhadores dos meios de comunicação é expandida para incluir funções técnicas, administrativas e de apoio. Além disso, novas categorias são adicionadas, como a classe jornalística, organizações da sociedade civil e membros da família ou pessoas próximas, reconhecendo que a violência contra a imprensa pode se estender para além do indivíduo jornalista. Para contabilizar o número de vítimas, categorias coletivas como os meios de comunicação social, organizações ou sindicatos são registradas como uma única vítima. Essas mudanças procuram refletir de forma mais abrangente a diversidade de atores afetados e formas contemporâneas de jornalismo, embora também possam influenciar a compatibilidade com o monitoramento nacional.

O catálogo de indicadores também foi modificado a partir de 2024. São incorporadas duas novas categorias: deslocamento forçado, que inclui casos de exílio e negação arbitrária de entrada no país de origem; e violência através do uso de tecnologia digital, que inclui práticas como hacking, doxxing, vigilância ilegal, bloqueio de contas e o uso de inteligência artificial para gerar informações erradas. A

incorporação desse último indicador responde ao crescente peso da violência em ambientes digitais, que em edições anteriores poderiam estar dispersas em outras categorias. Da mesma forma, o indicador de agressões e ataques é desagregado em dois aspectos: agressões físicas e agressões verbais, escritas e digitais, o que permite uma caracterização mais precisa das formas de violência. Em paralelo, a categoria de restrições à internet é retirada e o indicador de processos civis e criminais é substituído pelo de assédio judicial.

A metodologia também reforça o indicador transversal da violência baseada no sexo, o que não aumenta a contagem geral como agressão adicional, mas indica, de forma transversal, nos 15 indicadores, quando um alerta já registrado contém um componente de violência diferenciada ligada ao sexo do jornalista em causa. Esse indicador é ativado quando a agressão inclui questionamentos da capacidade baseados no sexo, atos ou comentários sexistas ou misóginos, atos de violência sexual ou relacionados com o trabalho diferenciado, violência digital diferenciada ou quando o ataque está ligado a conteúdos jornalísticos sobre direitos, violência ou discriminação baseados no sexo. A inclusão desse indicador permite uma radiografia mais precisa da violência diferenciada enfrentada por mulheres jornalistas.

Limitações metodológicas

A metodologia de monitoramento desenvolvida pela Red VDS foi construída de forma colaborativa a partir da troca de experiências entre organizações parceiras e está em constante evolução. Essa abordagem dinâmica permite incorporar a aprendizagem de cada ciclo de implementação, bem como adaptações aos contextos específicos de cada país. No entanto, como qualquer ferramenta, ela tem certas limitações que merecem ser reconhecidas.

Em primeiro lugar, embora a definição do Indicador 16.10.1 dos ODS inclua sindicalistas e defensores dos direitos humanos, a Red VDS optou por concentrar o seu acompanhamento exclusivamente em jornalistas, trabalhadores da imprensa e da mídia e nos próprios meios de comunicação social. A delimitação temática permite maior precisão na análise, embora restrinja o universo dos casos considerados.

Em segundo lugar, como é comum nos processos de monitoramento das violações dos direitos humanos, existe a possibilidade de subnotificação. O efeito intimidante das agressões, juntamente com a autocensura e o medo de represálias, pode levar muitas vítimas a optar por não relatar os fatos. A situação afeta em particular profissionais que cobrem pautas perigosas ou sensíveis, pessoas que vivem sob ditaduras, mulheres jornalistas e jornalistas LGBTQIA+, entre outros. Além disso, as organizações estão em diferentes níveis de implementação do indicador transversal de violência baseado

no sexo, o que pode levar a uma subnotificação adicional de alertas contendo componentes desse tipo de violência.

Em terceiro lugar, a qualidade e a integridade dos dados coletados dependem, em última análise, das capacidades técnicas e operacionais de cada organização parceira para identificar, documentar e validar alertas em seu país. No final deste relatório, alguns alertas permaneceram na fase de validação para que os dados pudessem variar em atualizações futuras. A Red VDS orgulha-se da diversidade dos seus membros, mas também reconhece que cada parceiro tem diferentes abordagens e capacidades em termos de monitoramento.

As mudanças introduzidas em 2025 na lógica de contagem e no catálogo de indicadores significam um ajuste na leitura dos dados, tanto em relação à série histórica de VDS como aos relatórios nacionais das organizações parceiras. Em particular, a diferenciação entre alertas e vítimas e a incorporação de múltiplos indicadores por alerta permitem captar com maior precisão a complexidade das agressões, embora possam gerar variações nos números em relação aos anos anteriores. Longe de limitar a análise, as melhorias metodológicas reforçam a capacidade de monitoramento regional para identificar tendências e compreender as transformações da violência contra a imprensa ao longo do tempo.

Indicadores VDS

■ Derivado diretamente do ODS 16.10.1

■ Derivado do conceito de “outros atos prejudiciais” incluído na definição de 16.10.1

■ Outros indicadores



Assassinato

Homicídio intencional de jornalista.



Sequestro

Rapto e retenção ilegal de um ou mais jornalistas de forma coercitiva.



Desaparecimento forçado

Detenções ou qualquer outra forma de privação de liberdade de jornalistas, cometidas por atores estatais ou grupos ou pessoas que atuem em nome ou com o apoio do Estado, o qual se recusa a revelar o destino ou paradeiro dos profissionais detidos e até mesmo a reconhecer que eles estejam privados da liberdade.



Detenção arbitrária

Prisão, retenção ou detenção de jornalista sem julgamento justo ou base legal que justifique a privação de liberdade.



Tortura

Uso de violência para provocar dores severas, intimidação, coerção ou sofrimento, seja físico ou mental, contra jornalistas.



Agressões físicas

Ações de violência física implementadas com o objetivo de prevenir ou limitar a liberdade de expressão, obstruir o trabalho da imprensa e o acesso a informações públicas ou eventos noticiosos.



Agressões verbais, escritas e digitais

Ações de intimidação ou ameaças verbais ou escritas realizadas através de canais tradicionais ou digitais, implementadas com o objetivo de intimidar jornalistas ou os meios de comunicação, limitando a liberdade de expressão e o trabalho de imprensa.



Deslocamento forçado

Ações que forcem jornalistas, trabalhadores dos meios de comunicação social ou os próprios

meios de comunicação social a se deslocarem dentro ou fora do país (migração forçada ou exílio), incluindo a negação arbitrária da entrada no país de origem pelas autoridades migratórias.



Discurso estigmatizante

Ataques, geralmente verbais, realizados publicamente com o objetivo de desacreditar e desprestigiar um ou mais jornalistas ou um meio de comunicação social.



Violência sexual

Ação, tentativa, comentários ou insinuações sexuais indesejadas, tanto em espaços físicos como digitais.



Assédio judicial

Refere-se a ações legais abusivas contra jornalistas ou meios de comunicação, incluindo SLAPPs ou litígios estratégicos contra a participação pública, com o objetivo de intimidar e limitar o trabalho jornalístico e o debate público.



Restrições ao acesso à informação

Obstrução do acesso a informações de interesse público ou eventos noticiosos.



Uso abusivo do poder estatal

Ações planejadas, propostas e executadas pelo Estado com abuso de poder, uma vez que violam os padrões internacionais de liberdade de imprensa para prejudicar economicamente meios de comunicação e jornalistas ou impedir o desempenho do trabalho jornalístico.



Marcos legais contrário às normas internacionais

Proposta e/ou aprovação de regulamentos, leis, decretos, normativas, resoluções e portarias que restrinjam a liberdade de imprensa, a expressão e o direito de acesso à informação e/ou que gerem censura.



Violência por meio da tecnologia digital

Ações que impedem e/ou limitam a liberdade de expressão e de imprensa, por meio de estratégias

que restrinjam o uso da rede para publicar ou ter acesso à informação. Refere-se também a formas de violência que usam as tecnologias da informação e da comunicação para causar danos à privacidade, à intimidade e/ou à dignidade.



Alerta baseado no sexo

Quando um ataque ou violação pode ter motivação relacionada com o sexo e da vítima.



Análise regional 2025

Países monitorados:

17

Número de alertas:

2.484

Número de vítimas:

3.230

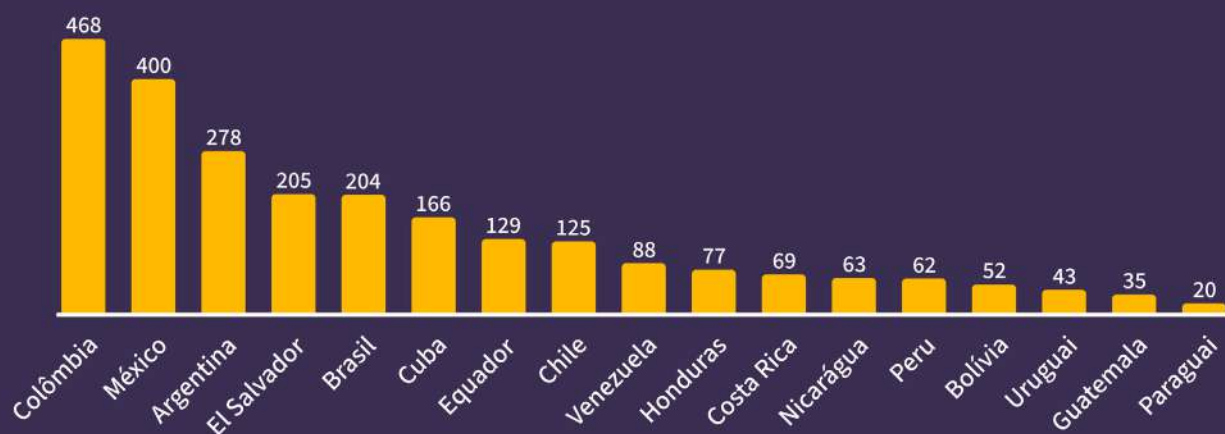
Alertas transversais
baseados no sexo:

142

Distribuição geográfica dos alertas:



Gráfico comparativo do número de alertas por país:



Número de alertas por indicador:



861 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS E
DIGITAIS



547 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



296 AGRESSÕES
FÍSICAS



279 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



190 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



182 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



102 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



81 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



31 DESLOCAMENTOS
FORÇADOS



23 ASSASSINATOS



19 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS



16 VIOLÊNCIA
SEXUAL

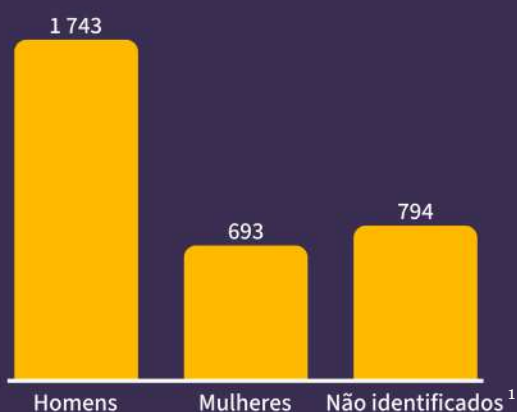


7 DESAPARECIMENTOS
FORÇADOS



1 SEQUESTRO

Sexo das vítimas:



Agressores:



¹ A categoria “Não identificados” inclui, entre outros casos, vítimas de natureza coletiva. Para contabilizar o número de vítimas, categorias coletivas – como os meios de comunicação social, organizações ou sindicatos – são registradas como uma única vítima. Essa simplificação metodológica pode implicar uma sub-representação do número total de pessoas potencialmente afetadas nesse tipo de alerta, embora permita manter a consistência no registro e análise dos dados.

Contexto e tendências

Em 2025, a América Latina passou por um revés estrutural na liberdade de imprensa, no qual a violência física, digital, judicial e institucional ceifou a vida de jornalistas. Nesse cenário, o monitoramento regional da Red VDS registrou 2.484 alertas que afetaram 3.230 vítimas em 17 países, evidenciando não se tratarem de eventos isolados, e sim que confirmam a existência de ambientes cada vez mais hostis com a concentração de ataques diretos, campanhas de descrédito, uso abusivo de instituições públicas e censura.

Durante 2025, os atores estatais consolidaram-se como o principal agressor da imprensa na região, sendo responsáveis por 50,5% dos ataques ao jornalismo. Seus métodos incluíram assédio judicial, uso abusivo do poder estatal, discurso estigmatizante, detenções arbitrárias e restrições ao acesso à informação. Em países como Cuba, Venezuela e Nicarágua, essas práticas se misturaram para consolidar o controle quase absoluto do ecossistema de informação, enquanto em democracias formais os atos de intimidação pública e descrédito acontecem de forma mais sutil, como os perpetrados por meio das redes sociais.

As agressões verbais, escritas e digitais, com 861 alertas, foram a categoria mais frequente de violência contra a imprensa na América Latina, refletindo uma consolidação da violência em ambientes virtuais. Além disso, discursos estigmatizantes acrescentaram 547 alertas, uma ferramenta disciplinar usada principalmente na Argentina, Colômbia, El Salvador e Costa Rica para corroer a confiança do público no jornalismo e legitimar outros ataques.

A violência contra a vida e a integridade física atingiram níveis críticos. Em 2025 houve 296 ataques físicos e 23 assassinatos de jornalistas. O México liderou os recordes em ambas as categorias, confirmando que cobrir casos de corrupção, pautas de segurança pública e ações do crime organizado continua sendo uma tarefa extremamente arriscada na região.

Por fim, as restrições ao acesso à informação (279 alertas) e o assédio judicial (190 alertas) reforçaram os mecanismos de censura contemporâneos, com o México, a Colômbia e a Argentina entre os países mais afetados. Em conjunto, esses dados mostram que na América Latina a violência contra a imprensa não diminuiu: transforma-se, diversifica-se e torna-se cada vez mais eficaz em enfraquecer o pluralismo da informação e o direito dos cidadãos de serem informados.

América Latina: Arquitetura do crime e fracasso da proteção do Estado

Em 2025, 23 jornalistas foram mortos nos países monitorados pela Red VDS, nove a mais que em 2024. A maioria desses crimes

aconteceu em plena luz do dia, perpetrados por assassinos de aluguel ou gangues criminosas. As mortes não eram imprevisíveis: as vítimas tinham relatado ameaças e, em muitos casos, tinham obtido medidas de proteção que se revelaram ineficazes. A impunidade por crimes mostra um colapso de garantias mínimas para o jornalismo na região. O padrão também reafirma que investigar a corrupção, as economias ilegais e as redes de poder continua ceifando vidas.

O México consolidou-se como o país mais letal da região, com sete assassinatos registrados. Os crimes ocorreram em contextos locais, nos quais a corrupção e a cobertura de segurança enfrentam uma convergência de interesses políticos, econômicos e criminosos. O assassinato de Cayetano de Jesús Guerrero, jornalista e vice-diretor do *Global México* que tinha proteção federal, expõe a incapacidade do Estado de garantir a segurança daqueles que exercem o direito de informar.

Em 2025, o Equador documentou o assassinato de cinco trabalhadores dos meios de comunicação: Sebastián Riadeneira, Xavier Ramos, Fernando Álvarez, Darwin Baque e Patricio Aguilar. Eles investigavam conspirações de corrupção ou negócios ilícitos. Os homicídios permanecem impunes. Por sua vez, o Peru registrou quatro execuções de jornalistas conduzidas por assassinos contratados. As mortes de Gastón Medina, Raúl Celis, Mitzar Castillejos Tenazoa e Fernando Núñez Guevara expõem o risco extremo do jornalismo investigativo em áreas dominadas pelo garimpo ilegal e pelo tráfico de drogas.

Na Guatemala, o jornalista Cristian Martínez foi morto num contexto de agressão, enquanto Ismael Alonzo e Jorge Zapeta foram atacados por homens armados, este último depois de relatar ameaças e ter desaparecido. Honduras registrou o assassinato de Carlos Gilberto Aguirre e de Javier Hércules, este último executado apesar das medidas de proteção. Na Colômbia, o jornalista Óscar Gómez foi morto por um pistoleiro quando entrava numa estação de rádio comunitária, depois de expressar medo pelo seu trabalho, num contexto de ameaças de grupos armados. Finalmente, o assassinato do jornalista salvadoreño Javier Salinas, executado por assassinos de aluguel em Honduras mesmo tendo medidas protetivas, ilustra uma dimensão transnacional da violência contra a imprensa.

Neste cenário regional, os estados, por ação ou omissão, tornam-se cúmplices do tecido que possibilita a violência letal contra jornalistas. A incapacidade de prevenir, proteger e punir normaliza uma ameaça já cotidiana, tornando a América Latina um dos ambientes mais perigosos do mundo para praticar jornalismo.

Consolidação do Estado como ator central de violações

O Estado é o principal ator responsável pelas violações da liberdade de imprensa: um em cada dois ataques advém de atores estatais. Quando

essa tendência é consolidada, compromete os próprios fundamentos dos sistemas democráticos. Em sete dos países monitorados (Cuba, Venezuela, Honduras, Uruguai, Peru, Argentina e Equador), os atores estatais são responsáveis por mais de 50% dos alertas, seja como articuladores, facilitadores ou legitimadores de ecossistemas mais amplos de assédio e censura. O assédio centra-se principalmente em discursos estigmatizantes, restrições ao acesso à informação e agressões verbais, escritas e digitais. **Esse padrão confirma que a violência estatal se expressa em vários dispositivos para controlar as questões da investigação e para desgastar e deslegitimar o jornalismo.**

Em países como Cuba e Venezuela, o Estado consolidou um controle quase total sobre o ecossistema da informação por meio de práticas sistemáticas de vigilância, perseguição, censura e detenções arbitrárias. Em Cuba, as 55 detenções arbitrárias registradas em 2025 representam a taxa mais elevada da região nessa categoria. Na Venezuela, as 15 detenções arbitrárias e os três desaparecimentos forçados mostram uma repressão direta cada vez mais aguda. Nesses contextos, a violência estatal deixa de ser uma resposta à cobertura jornalística e torna-se um mecanismo preventivo: o objetivo não é mais silenciar uma voz, mas suprimir a própria possibilidade de informar.

Em países formalmente democráticos, o Estado também é o principal arquiteto de ambientes violentos para o jornalismo. Em Honduras e na Guatemala, a estigmatização pública, a criminalização discursiva e o uso de narrativas deslegitimantes, por parte de altas esferas do governo, consolidaram um clima de hostilidade institucional que aumentou a vulnerabilidade da imprensa a outras formas de agressão. Em Honduras, discursos estigmatizantes (37 alertas) e restrições ao acesso à informação (26 alertas) expõem o assédio institucional sistemático num ano de pico de tensão eleitoral, no qual servidores públicos e atores ligados ao Estado desqualificaram jornalistas como “inimigos” ou “traidores” dos canais oficiais e obstruíram a cobertura em coletivas de imprensa. Na Guatemala, os atores estatais perpetraram 43,2% dos alertas, por meio de ameaças de privação de liberdade e da proibição de entrada em audiências judiciais de interesse público. Esses padrões mostram um paradoxo democrático: as instituições para garantir direitos e proteger o debate público acabam reproduzindo práticas que enfraquecem a liberdade de imprensa e normalizam a violência como componente estrutural da relação entre o poder e o jornalismo.

Soma-se a isso uma **crescente terceirização da violência**: o Estado delega o assédio a outros atores, como grupos paraestatais ou pró-governos, que operam como um braço executor sem comprometer formalmente a responsabilidade estatal. Em El Salvador e na Nicarágua, as agressões por parte de atores paraestatais representaram, respectivamente,

31,7% e 31,4% dos alertas. Na Venezuela, esse padrão foi expresso com especial intensidade em janeiro de 2025, quando pelo menos 25 ataques à imprensa foram registrados nos dias anteriores à posse presidencial, com a participação simultânea de forças de segurança e de civis relacionados com o partido no poder.

O papel do Estado não deve ser analisado apenas a partir da autoria material das agressões, mas também da sua responsabilidade estrutural na produção, tolerância ou aprofundamento de condições que restringem o exercício do jornalismo. O padrão repetido reafirma que a principal ameaça à liberdade de imprensa na América Latina reside no uso, direta ou indiretamente, de recursos, discursos, instituições e omissões estatais para limitar, disciplinar ou controlar o jornalismo.

A violência digital como um novo eixo de assédio

Em 2025, a violência digital foi posicionada como uma das principais formas de agressão contra a imprensa na América Latina. No Chile, 45,6% de todos os alertas ocorreram no espaço digital; em El Salvador, 65,8%; e na Nicarágua, 58,7%. Trata-se de um padrão que ratifica o ecossistema virtual como um cenário central e crescente de assédio jornalístico na região. As violações com uso da tecnologia digital totalizaram 182 alertas (6,9% do total), sendo Colômbia (57), México (30) e Equador (23) os países mais afetados. **Se as agressões verbais, escritas e digitais são somadas aos discursos estigmatizantes — em grande parte divulgados nas redes sociais —, a violência digital torna-se estruturalmente dominante no número total de alertas.** Essa concentração é deliberada: o ambiente online oferece aos perpetradores anonimato, baixo custo de execução, alta capacidade de replicação e coordenação simultânea, bem como amplifica narrativas de descrédito sem recorrer a formas visíveis de censura. Para os profissionais da comunicação social, esses ataques assumem múltiplas formas: ameaças diretas, campanhas coordenadas de difamação, falsidade ideológica/uso indevido de identidade, vigilância, exposição de dados pessoais (*doxxing*), ataques massivos nas redes sociais, manipulação audiovisual e pressões destinadas a desacreditar investigações ou punir coberturas críticas. Embora nem sempre deixem vestígios imediatos, seus efeitos incluem desgaste emocional, autocensura, retirada da cena pública e abandono de pautas sensíveis.

O impacto dessa violência é diferenciado. Mulheres jornalistas enfrentam ataques particularmente invasivos e degradantes, centrados na sua aparência física, vida privada, laços familiares, credibilidade profissional ou expectativas sociais sobre o seu papel público. Os assédios envolvem frequentemente ameaças sexualizadas ou campanhas destinadas a humilhá-las e a retirá-las do debate público. A intensidade diferenciada agrava os custos pessoais do

exercício jornalístico e restringe ainda mais a participação de vozes diversas no espaço da informação.

Nesse contexto, a violência digital deixou de ser um fenômeno acessório para se tornar uma dimensão central dos riscos contemporâneos para a liberdade de imprensa na região, exigindo respostas abrangentes em termos de proteção, segurança tecnológica e responsabilidade.

Agressões físicas como mecanismo de intimidação e silenciamento

Em 2025, a Red VDS registrou 296 ataques físicos, o equivalente a um em cada dez alertas na região. O México lidera essa categoria com 57 alertas, seguidos pelo Brasil (55), Argentina (32) e Bolívia (26). De espancamentos e uso desproporcional da aplicação da lei a ataques diretos durante a cobertura, essas agressões funcionam como mecanismos deliberados, principalmente por atores estatais e paraestatais, para punir investigações, interromper o fluxo de informações ou expulsar a imprensa do espaço público através de intimidação.

O monitoramento regional também confirma que a violência física está concentrada em contextos onde convergem outras formas graves de assédio. No México e no Brasil, por exemplo, altos níveis de agressão física coexistem com assassinatos, ameaças, deslocamento forçado e restrições estruturais à prática jornalística. Em contraste, na Argentina e na Bolívia, o risco aumenta na cobertura de protestos sociais polarizados, onde a imprensa está exposta tanto às forças de segurança como aos manifestantes hostis. Isso sugere que a agressão física funciona como um prelúdio para uma violência mais extrema, alimentada pela inação institucional que aprofunda o ciclo da impunidade.

Entre os casos emblemáticos do período está a agressão contra o fotógrafo argentino Pablo Grillo, que ocorreu em 12 de março de 2025 durante uma manifestação em frente ao Congresso Nacional na cidade de Buenos Aires. Devidamente identificado, ele fazia seu trabalho jornalístico e foi atingido no crânio por um cartucho de gás lacrimogêneo disparado por forças de segurança, sofrendo lesões extremamente graves que exigiram oito intervenções cirúrgicas e uma internação prolongada na UTI. A magnitude do ataque, incomum no contexto argentino, mostrou a persistência de padrões de violência policial durante a cobertura de protestos e reforçou a percepção de risco entre os trabalhadores da imprensa, que começaram a adotar equipamentos de proteção para reduzir a exposição.

Estigmatizar o discurso como uma ferramenta para desacreditar e disciplinar

Os discursos estigmatizantes acumularam 547 alertas, consolidando-se como uma ferramenta sistemática para deslegitimar a imprensa e

corroer as condições do exercício jornalístico. A Argentina concentra 139 alertas, seguida por Colômbia (61), El Salvador (58), Costa Rica (53), Brasil (51), Chile (46), Honduras (37) e Venezuela (13). Essa tendência aprofunda o padrão documentado em 2024, quando esse tipo de agressão representou 20,1% do total regional. **Em 2025, os atores estatais responderam por 59% dos discursos estigmatizantes.**

Na Argentina, o presidente Javier Milei proferiu 99,4% dos discursos estigmatizantes. Ele usou desqualificações públicas, acusações de “operações midiáticas”, acusações de jornalistas como “comprometidos” ou “militantes” e questionou a independência dos meios de comunicação de acordo com a linha editorial. Quando essas narrativas são promovidas por atores com poder político ou alta visibilidade pública, elas não só afetam a reputação e a segurança dos jornalistas e dos meios de comunicação, mas também amplificam a exposição a outras formas de violência e legitimam novas agressões.

Em toda a região, esse fenômeno se aprofunda em contextos eleitorais ou de debate político, onde a informação adquire um valor estratégico para a disputa de poder. Em épocas assim, os atores políticos, os meios de comunicação social e os apoiadores exploram discursos estigmatizantes para deslegitimar a imprensa quando as investigações, coberturas ou checagens perturbam as campanhas eleitorais. Na Bolívia, por exemplo, os jornalistas foram submetidos a campanhas de descrédito nas redes sociais após cobertura crítica, com acusações públicas de serem “comprados” ou de responderem a interesses políticos. A polarização do debate público reduz as margens de reconhecimento do jornalismo como um agente independente e enquadra-o como um adversário político. Trata-se de um processo que é acelerado no ambiente digital, onde a amplificação automatizada e a lógica dos “lados” favorecem a escalada do assédio.

Restrições estruturais ao acesso à informação

Em 2025, as restrições ao acesso à informação concentraram 279 alertas regionais. O México lidera esse indicador com 59 casos, seguido por Colômbia (30), Argentina (28), Honduras (26) e El Salvador (25). Cuba registrou 12 casos e a Venezuela, 11 — números que não refletem menos repressão, mas duas realidades simultâneas: o acesso à informação é estruturalmente inexistente e a capacidade de documentar violações é severamente limitada. **Essas restrições funcionam como mecanismos de censura indireta, afetando a capacidade de investigar, verificar e disseminar informações de interesse público.**

No Uruguai, onde esse indicador foi o mais registrado, ocorreram obstáculos administrativos, tais como a recusa de resposta a pedidos de informação, atrasos injustificados e restrições em instâncias oficiais que limitaram o acesso a fontes e autoridades. Na Bolívia, os jornalistas foram excluídos das coletivas de imprensa de órgãos eleitorais e enfrentaram restrições e pressões na tentativa de

cobrir audiências judiciais, o que evidencia limitações formais e concretas no acesso à informação. Em El Salvador e Honduras, essas dinâmicas se manifestaram em recusas sistemáticas de fornecer informações públicas e em limitações ao acesso a dados oficiais relevantes. O resultado é que o jornalismo foi forçado a operar sem fontes oficiais verificáveis, num ambiente concebido para impedir a responsabilização.

Normalizar as barreiras burocráticas nem sempre assume formas explícitas de censura. **Silêncios administrativos, respostas incompletas, divulgação seletiva de dados e a exclusão de espaços oficiais corroem continuamente o direito de informar.** Essas práticas mudam o controle da informação da legalidade formal para mecanismos opacos da administração pública. Na América Latina, onde a opacidade estatal muitas vezes encobre a corrupção, os abusos de poder e as violações dos direitos humanos, essa restrição não só afeta o jornalismo, mas priva os cidadãos da informação essencial para a prestação de contas. Sem acesso a fontes e dados oficiais, o jornalismo de investigação enfraquece precisamente onde é mais necessário.

Expansão de zonas de silêncio e autocensura

Zonas de silêncio — territórios onde o jornalismo independente desapareceu completamente — expandiram-se em diferentes países da América Latina durante 2025 e impactaram diretamente as estatísticas. **Em Cuba, Nicarágua e Venezuela, o fenômeno atingiu sua expressão mais extrema: a redução no número de alertas registrados nesses países não reflete uma melhoria das condições, mas o efeito oposto, ou seja, um decréscimo no conjunto de jornalistas ativos capazes de documentar ataques.** Na Venezuela, a forte diminuição dos alertas em comparação com 2024 é explicada principalmente pela autocensura generalizada, enquanto em Cuba e na Nicarágua as “zonas de silêncio” são a norma.

Em 2025, o monitoramento registrou 31 casos de deslocamento forçado de jornalistas: 22 na Colômbia, três na Nicarágua, dois na Venezuela, dois no México e um em El Salvador e em Honduras. O exílio, o deslocamento interno e a impossibilidade de retorno, assim como mecanismos de silêncio, emergem como formas tão eficazes como a violência direta. Esses processos envolvem não só a saída física dos jornalistas dos seus territórios, mas também a ruptura de ligações com as suas fontes, audiências e contextos de cobertura.

Os dados mostram que estas situações não ocorrem isoladamente, e sim fazem parte de ambientes de pressão mais amplos. Na Colômbia, por exemplo, o deslocamento está ligado a ameaças diretas em regiões com grande presença de atores armados; em El Salvador, as saídas preventivas são registradas diante dos riscos de detenção associados a investigações jornalísticas; e na Venezuela os alertas de perseguição

são combinados com decisões de proteção ou mudança interna. Na Nicarágua, a negação da entrada e a impossibilidade de retorno consolidam o exílio como uma condição prolongada.

A expansão dessas áreas está intimamente ligada ao aumento das práticas de autocensura entre jornalistas e meios de comunicação, que, diante de contextos de ameaça persistente, hostilidade institucional ou falta de garantias de proteção, optam por restringir ou abandonar a cobertura. Em El Salvador, o esvaziamento da imprensa independente, com quase todos os principais meios de comunicação críticos fechados ou exilados, fez do espaço digital o único território de denúncia, mas também o mais vigiado. Na Bolívia, a diminuição dos alertas coexiste com uma maior intensidade por caso, sugerindo que a subnotificação e a autocensura reduziram os relatórios sem reduzir o risco.

O deslocamento forçado dos jornalistas representa uma perda irreparável para o ecossistema de informação dos seus países de origem: suas vozes e o conhecimento do contexto local são insubstituíveis. Quando aqueles que cobrem questões sensíveis (corrupção, crime organizado e abusos de poder) são forçados a deixar seus territórios, comunidades inteiras são condenadas a viver em desertos de informação, nos quais a narrativa pública está à mercê do Estado ou de grupos criminosos. Num país onde os meios de comunicação se restringem às grandes cidades, essas lacunas de informação aprofundam a desigualdade no acesso à informação e anulam as condições mínimas para a vida democrática.

O assédio judicial como mecanismo de atrito e censura

O assédio judicial acumulou 190 alertas regionais (7,2% do total), registrados principalmente no México (48 alertas, reportando um aumento de 200% em relação ao ano anterior), Argentina (32), Colômbia (27) e Brasil (18). No caso do Peru, o assédio judicial representou 13% do total de alertas, consolidando-se como o terceiro tipo de agressão mais frequente contra a imprensa, com pelo menos seis processos judiciais abertos contra jornalistas.

Na Argentina, foram registradas queixas criminais e processos civis contra jornalistas por causa de suas publicações, enquanto no México e na Colômbia ocorreram processos judiciais repetidos contra jornalistas que investigavam corrupção ou crime organizado. Na Argentina, 71,9% dos alertas de assédio judicial foram promovidos por atores estatais responsáveis por intimações formais, queixas e medidas cautelares destinadas a conter publicações ou forçar retificações. O fenômeno, no entanto, não se limita ao Estado. Empresários, indivíduos e figuras públicas também recorreram a ações judiciais, notificações extrajudiciais e mediações reclamando altas quantias de indenização como instrumentos de pressão. Na Colômbia, 59,2%

dos casos de assédio judicial foram promovidos por atores estatais, identificando padrões que combinam processos judiciais e ameaças de prisão contra jornalistas que investigam corrupção e falcatruas econômicas, com um efeito disciplinar particularmente marcante em territórios de fraqueza institucional. No México, 64,6% dos alertas de assédio judicial foram atribuídos a atores estatais; no Brasil, atores estatais causaram 80% do assédio judicial contra a imprensa.

Nesses casos, a ameaça não reside na sanção final, mas no próprio processo, que é prolongado, caro e repetido, de forma a minar o exercício jornalístico antes de haver uma decisão. Quando a justiça é usada contra a imprensa, os danos não se limitam ao jornalista afetado: a confiança no sistema como garantia de direitos é quebrada e estabelece-se a certeza de que a comunicação é inútil ou perigosa.

Além disso, a acusação abusiva compromete os mecanismos de proteção dos próprios jornalistas. Instituições que devem investigar ameaças, punir ataques e garantir a segurança acabam absorvidas por litígios estratégicos ou são usadas contra aqueles que precisam de proteção. Assim, a justiça não só não consegue proteger, mas pode tornar-se parte do ambiente de risco que a imprensa enfrenta. A persistência desse fenômeno confirma que uma das ameaças mais sofisticadas à liberdade de imprensa na região consiste em capturar ferramentas legais e institucionais para desgastar o jornalismo a partir do próprio Estado, substituindo a censura explícita por mecanismos formalmente legais, mas materialmente restritivos.

Argentina 2025

Número de alertas:

278

Número de vítimas:

374

Alertas transversais
baseados no sexo:

5

Número de alertas por indicador:



139 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



32 AGRESSÕES
FÍSICAS



32 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



28 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



23 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



9 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



8 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



4 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS

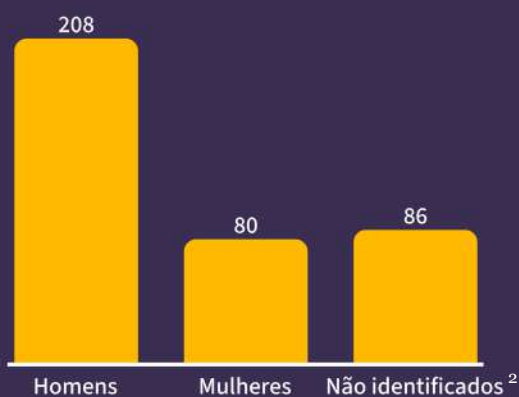


2 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



1 VIOLÊNCIA
SEXUAL

Sexo das vítimas:



Agressores:



² Além de “Homens” e “Mulheres”, a FOPEA tem outras três classificações possíveis para as suas vítimas: “Imprensa em geral”, “Organizações” e “Veículos de Comunicação”.

Contexto e tendências

“Nós não odiamos jornalistas o suficiente”. O presidente Javier Milei transformou essa premissa no motor de uma ofensiva sistemática contra a imprensa argentina em 2025, articulada com a hashtag #NOLSALP. (“No odiamos lo suficiente a los periodistas”). Com esse posicionamento hostil, o Estado aprofundou a estigmatização, encorajou ataques físicos no espaço público, usou o aparelho judicial como uma ferramenta de intimidação e manejou a pauta oficial para condicionar linhas editoriais. Nesse contexto, o Foro de Periodismo Argentino (FOPEA) registrou 278 alertas.

Os atores estatais foram os principais agressores do jornalismo. O presidente Javier Milei participou de 42,8% dos alertas, um número que mostra a centralidade do poder executivo na deterioração do tratamento da imprensa. O Estado protagonizou 136 dos 139 discursos estigmatizantes registrados, a grande maioria proferida diretamente pelo presidente. O padrão confirma a consolidação de uma narrativa oficial que visa a desacreditar e deslegitimar o trabalho jornalístico.

Os ataques físicos representaram 11,5% dos alertas anuais, consolidando-se como a segunda categoria de maior risco sob as ações de atores estatais, principalmente forças de segurança. O caso mais emblemático é o do fotojornalista Pablo Grillo, atingido no crânio por um cartucho de gás lacrimogêneo disparado por um policial durante uma manifestação em frente ao Congresso em 12 de março de 2025. Após oito cirurgias e meses de cuidados intensivos, Grillo pôde voltar para sua casa em fevereiro de 2026, embora ainda não tivesse alta médica definitiva. A agressividade das operações de segurança obriga os comunicadores a usar capacetes e equipamentos táticos como a única salvaguarda da sua integridade.

Ao mesmo tempo, o assédio judicial aumentou para 11,5% do total de alertas em 2025, quase duplicando os 6% registrados em 2024. Os atores estatais perpetraram 71,9% desses ataques, institucionalizando o uso de ações judiciais civis e criminais como mecanismos disciplinares. O presidente liderou essa tendência ao incentivar ações legais contra jornalistas para silenciar o escrutínio sobre o seu governo e fazer com que o 5º Tribunal Civil e Comercial Federal proíba a divulgação de qualquer material ligado à Secretária Geral da Presidência, sua irmã Karina Milei, numa clara medida de censura prévia. O cenário se agravou quando a Ministra da Segurança, Patricia Bullrich, pediu para invadir o canal de streaming Carnaval e as casas dos jornalistas Jorge Rial e Mauro Federico devido à publicação de áudios comprometedores da irmã do presidente.

Os casos de censura prévia também reemergiram nas províncias do interior do país por meio de marco jurídico contrário aos padrões internacionais. Em Tucumán, os tribunais impuseram uma mordada



Os agentes estatais foram os principais agressores contra o jornalismo.

judicial ao diretor e à equipe de uma empresa de televisão a cabo, proibindo-os de informar sobre a atuação de promotores, autoridades e magistrados.

A FOPEA registrou uma deterioração do discurso público marcada pela proliferação de agressões verbais, escritas e digitais (23 alertas) executadas tanto pelo presidente como por autoridades com alta exposição nas redes e por atores paraestatais, responsáveis por quatro em cada dez episódios. No X, circularam frases como “O melhor jornalista é aquele que termina no fundo do rio” e “Não odiamos suficientemente os jornalistas”. A primeira saiu em 7 de junho, em resposta a uma campanha do Dia do Jornalista da FOPEA – apoiada por mais de 10 mil pessoas – e foi amplificada por relatos alinhados com o partido no poder, reforçando narrativas de violência simbólica contra a imprensa.

Além disso, foram registrados pela primeira vez oito alertas de violência devido ao uso da tecnologia digital. Destaca-se o caso do jornalista Hugo Alconada Mon, que, depois de revelar um plano estratégico do Secretário de Estado de Inteligência (SIDE) para investigar aqueles que “erodiram” a confiança nas autoridades, foi alvo de ameaças, assédio online, ataques cibernéticos contra as suas contas e mensagens anônimas com insultos em seu celular.

Violência baseada no sexo

A FOPEA documentou cinco alertas transversais baseados no sexo, principalmente manifestados em comentários sexistas e misóginos de atores relacionados com o partido no poder nas redes sociais. Um episódio extremamente grave ocorreu na Casa do Governo de Tucumán, onde duas jornalistas foram vítimas de assédio sexual durante um ato oficial do governador Osvaldo Jaldo. Esses acontecimentos relacionam-se com precedentes semelhantes registrados em 2023 no mesmo endereço, o que expõe uma falha estrutural na proteção das mulheres nos espaços de poder e a urgência de implementar protocolos de segurança para prevenir esse tipo de violência.

Conclusões e recomendações

O cenário de 2025 consolida uma tendência regressiva nas condições para o jornalismo na Argentina, impulsionada pelo poder estatal e caracterizada pela institucionalização do discurso estigmatizante, pela normalização das agressões físicas em contextos de protesto, pelo uso de mecanismos judiciais com potencial efeito inibitório e pela dependência da publicidade oficial como instrumento de controle. O quadro é agravado por episódios de assédio sexual em contextos institucionais, que expõem a falha estrutural na proteção de mulheres jornalistas nos espaços de poder.

Nesse contexto, as autoridades nacionais e locais devem cessar imediatamente a estigmatização das narrativas anti-imprensa, garantir o acesso à informação pública e evitar restrições que limitem a cobertura jornalística. O poder judiciário também deve assegurar o princípio da proibição da censura prévia e evitar medidas que funcionem como mecanismos de silenciamento. Em relação à segurança, a FOPEA recomenda a incorporação de salvaguardas específicas para jornalistas em protocolos de ação das forças de segurança e o estabelecimento de mecanismos eficazes de responsabilização. Por fim, é essencial reforçar a articulação entre a sociedade civil, os meios de comunicação social e os coletivos de jornalistas para tornar visíveis os ataques, promover padrões de proteção e sustentar uma narrativa pública que reconheça a liberdade de expressão como um pilar essencial do Estado de direito.

Bolívia 2025

Número de alertas:

52

Número de vítimas:

98

Alertas transversais
baseados no sexo:

2

Número de alertas por indicador:



26 AGRESSÕES
FÍSICAS



14 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



11 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



6 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



4 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



4 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



2 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



2 ASSÉDIOS
JUDICIAIS

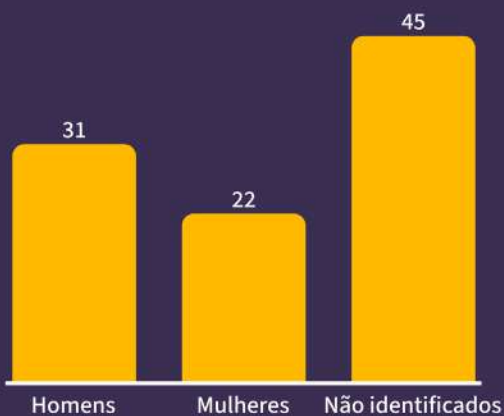


2 VIOLÊNCIA
SEXUAL



2 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS

Sexo das vítimas:



Agressores:



Contexto e tendências

Para a Asociación Nacional de la Prensa (ANP), 2025 marca uma transição crítica depois de quase duas décadas de asfixia econômica e perseguição sistemática sob os governos de Evo Morales (2006-2019) e Luís Arce (2020-2025). Embora a mudança do governo tenha gerado expectativa de abertura, a fratura interna do Movimiento al Socialismo (MAS) e da tentativa de Morales de voltar ao poder perpetuaram a vulnerabilidade do jornalismo. A polarização política extrema intensificou a hostilidade nos espaços públicos, transformando bloqueios de estradas e mobilizações em cenários de alto risco para a integridade dos jornalistas. Nesse contexto, a ANP registrou 52 alertas que fizeram um total de 98 vítimas em 2025. Embora o número total tenha caído 20,3% em relação a 2024, a ferocidade dos ataques sujeitou os trabalhadores da imprensa a episódios de extrema violência e hostilidade no terreno.

Os ataques físicos se consolidaram como a principal ameaça ao jornalismo na Bolívia, representando três em cada dez alertas documentados em 2025. Os atores não estatais perpetraram 26,9% desses ataques, seguidos de uma convergência de agentes estatais, de grupos paraestatais e de grupos à margem da lei (23,1% cada). Um caso crítico ocorreu após dez dias de bloqueio da estrada que liga as cidades de Oruro e Llallagua, onde apoiadores do ex-presidente Evo Morales emboscaram equipes de imprensa com pedras, dinamites e armas de fogo para evitar a cobertura do conflito. O cerco obrigou os trabalhadores a abandonar suas unidades móveis para se proteger, num cenário que incluiu o assassinato de dois policiais. A magnitude do caso mostra a gravidade do ambiente em que os repórteres trabalham.

O anonimato nas redes sociais permite que metade das agressões verbais, escritas e digitais seja perpetrada por atores não identificados envolvidos em campanhas de difamação, acusações sem provas contra lideranças sociais, hostilização de simpatizantes políticos e ameaças de manifestantes. O Estado foi totalmente responsável pelas restrições ao acesso à informação, excluindo os meios de comunicação de coletivas de imprensa, atacando-os durante a cobertura e recusando-se sistematicamente a responder a questões jornalísticas. Por sua vez, os ataques realizados por grupos à margem da lei suscitam uma preocupação especial em relação à liberdade de imprensa, não só por causa do aumento acentuado registrado no ano passado – de 4,9% em 2024 para 19,2% em 2025 –, mas também por causa da natureza e gravidade dos métodos empregados. A ANP alerta para a consolidação de grupos de choque organizados, supostamente ligados ao espaço político do MAS, que operam clandestinamente em organizações sindicais com o objetivo de dificultar o trabalho jornalístico. Essas ações respondem a uma lógica escalonada que começa com o ataque verbal e pode levar à agressão física.



A ANP alerta para a consolidação de grupos fora da lei

Um exemplo dessa dinâmica ficou evidente no dia dos protestos da Central Obrera Boliviana (COB), em 5 de janeiro, quando foram registrados ataques diretos desses grupos contra jornalistas. Entre os casos documentados estão as ameaças de morte contra a jornalista Soledad Prado, bem como o ataque ao correspondente da agência espanhola EFE, Claudio Abrego, ferido no dia das eleições, 17 de agosto. Os episódios refletem um padrão de intimidação que visa a limitar a cobertura em contextos de conflito político e social.

Em relação à distribuição territorial, **La Paz e Santa Cruz de la Sierra concentram pouco mais de 70% dos alertas de 2025 — 38,5% e 32,7%, respectivamente.** Esses dados refletem a ligação entre a centralidade institucional, o conflito político e o risco enfrentado pelos jornalistas nas principais cidades do país.

Violência baseada no sexo

A ANP não registrou casos de violência baseada em sexo em 2025; no entanto, documentou um aumento no número de jornalistas atacadas, de 13 em 2024 para 22 em 2025. O aumento corresponde a uma maior exposição de mulheres comunicadoras em cenários de alto conflito social. Entre os casos documentados está o da jornalista Ángela Ninoska Mamani, ferida durante uma cobertura em Quillacollo por um grupo liderado por um dirigente municipal. Longe de intervir para deter a violência, o perpetrador instigou seus apoiadores a continuar a agressão física contra a repórter.

Conclusões e recomendações

Em 2025, a liberdade de imprensa na Bolívia desenvolveu-se num cenário de conflito político extremo com aumento preocupante na intensidade da violência. A persistência das agressões físicas, verbais e digitais, juntamente com as restrições ao acesso à informação, mostram os riscos estruturais que afetam a imprensa. A continuidade de bloqueios, marchas e mobilizações ligadas a disputas de poder aumenta a exposição de jornalistas a ataques. Além disso, o aumento do número de mulheres vítimas reforça a necessidade de adotar medidas de proteção específicas com foco nas suas necessidades diferenciadas.

Nesse contexto, **a ANP reitera o seu apelo para consolidar garantias eficazes para o jornalismo, fortalecer os mecanismos de prevenção e proteção e garantir que qualquer agressão contra os trabalhadores da imprensa seja investigada com a devida diligência.** A organização recorda que os processos judiciais de sequestro e tortura de jornalistas, em 28 de outubro de 2021, no departamento de Santa Cruz, ainda estão abertos.

A defesa da liberdade de expressão e o trabalho dos meios de comunicação independentes é um pilar essencial para a estabilidade

democrática na Bolívia, especialmente em contextos eleitorais e disputas políticas onde o fluxo de informações plurais e verdadeiras é indispensável.

Brasil 2025

Número de alertas:

204

Número de vítimas:

247

Alertas transversais
baseados no sexo:

31

Número de alertas por indicador:



80 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



55 AGRESSÕES
FÍSICAS



51 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



18 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



7 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



7 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



4 VIOLÊNCIA
SEXUAL

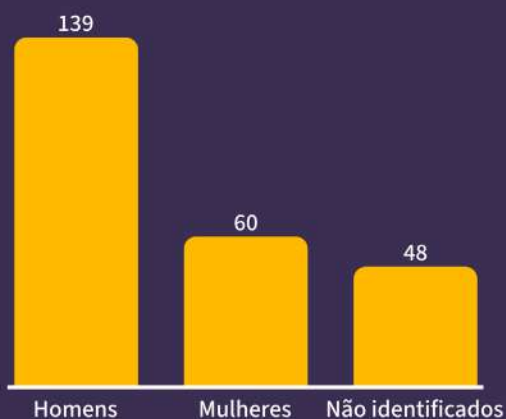


3 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



3 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS

Sexo das vítimas:



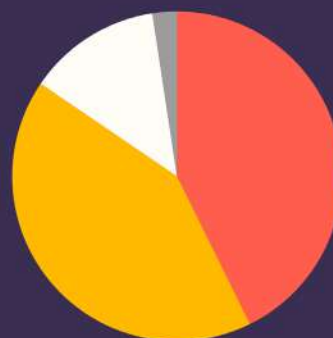
Agressores:

■ Estatais
42.7%

■ Não estatais
41.8%

■ Não identificados
13.1%

■ Grupos à
margem da lei
2.4%



Contexto e tendências

Em 2025, no terceiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil registrou 204 alertas correspondentes a 247 vítimas. O número sustenta a tendência de queda em relação aos 791 avisos documentados no encerramento do governo de Jair Bolsonaro em 2022, embora a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) alerte que os ataques persistem e suas modalidades estão reconfiguradas. A tendência suscita preocupação com o processo eleitoral de 2026, um período que historicamente registra aumento da virulência contra jornalistas com impactos diretos na sua segurança e no exercício da liberdade de expressão.

As agressões verbais, escritas e digitais representaram 39,2% dos alertas anuais e consolidaram-se como o indicador mais frequente do período. Os ataques incluíram ameaças de morte contra jornalistas que investigam a gestão de fundos públicos, insultos contra aqueles que questionam números de poder desportivo, ataques a grupos do WhatsApp e assédio verbal durante a cobertura no terreno. As práticas são agravadas pela violência através do uso da tecnologia digital, que emprega campanhas de assédio online, difamação e exposição de dados pessoais para intimidar e desacreditar jornalistas. O jornalista Thiago Herdy, do portal *UOL*, foi perseguido e difamado nas redes sociais por investigar contratos públicos da prefeitura de São Paulo. Além disso, as repórteres Gabriela Biló e Thaísa Oliveira, do jornal *Folha* de S. Paulo, sofreram ameaças de morte e doxxing depois de uma campanha virtual de desinformação que as culpava por entregar ao Supremo Tribunal Federal as provas fotográficas que levaram à recente condenação de uma manifestante envolvida nos ataques do golpe de 8 de janeiro de 2023. Os casos mostram como o ambiente digital funciona como catalisador e amplificador da violência contra a imprensa.

Por outro lado, as agressões físicas concentraram 27% do total de alertas. Os atores estatais perpetraram os casos mais graves do ano, colocando os protestos como a principal fonte de perigo, nos quais as forças policiais reprimiram o trabalho jornalístico com força desproporcional. Isso foi manifestado na marcha do Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília, quando a Polícia Legislativa e a Polícia Militar lançaram bombas de gás lacrimogêneo e feriram jornalistas que cobriam a mobilização. Particularmente alarmante é a agressão do prefeito de Parauapebas, Aurélio Goiano, que golpeou o jornalista Wesley Acosta durante uma transmissão ao vivo da COP30 em Belém. O episódio, que ocorreu num cenário de máxima visibilidade internacional, expôs os riscos impostos pelo abuso de poder e pela violência física direta exercida por agentes públicos contra a imprensa.

Os atores estatais executaram 42,7% dos 2025 alertas, um salto alarmante de 30,2% em 2024. Prefeitos, vereadores, autoridades

municipais e forças policiais lideraram esta ofensiva. A sua importância refletiu-se nas detenções arbitrárias e no uso abusivo do poder estatal (100% em ambos os casos), nos discursos estigmatizantes (50,9%), no assédio judicial (80%) e nas restrições ao acesso à informação (85,7%). Destaca-se a censura sem precedentes na Câmara dos Deputados, onde a presidência da casa ordenou o corte da transmissão ao vivo para evitar a cobertura de um debate parlamentar. O padrão mostra uma violência estatal cada vez mais descentralizada e feroz a nível local, combinando coerção direta, pressão institucional e narrativas anti-imprensa.

Ao mesmo tempo, **os atores não estatais provocaram 41,8% do total de alertas, expandindo sua hostilidade em 20 estados do país.** Suas ações concentraram 65,5% das agressões físicas e 45,9% das agressões verbais, escritas e digitais. Um caso representativo foi o ataque a uma equipe da *RIC TV* em Londrina (Paraná), quando manifestantes ameaçaram jornalistas e atiraram pedras no veículo deles, causando danos ao equipamento e ferindo um cinegrafista. Os episódios refletem a persistência da violência dos setores da cidadania, especialmente em contextos de protesto e conflito social.

Por fim, a violência contra a imprensa atingiu os 27 estados do Brasil, confirmando a extensão territorial do fenômeno. São Paulo e Rio de Janeiro concentraram o maior volume, com 39 e 26 alertas, respectivamente, seguidos pelo Distrito Federal com 20, o epicentro das agressões institucionais. No Norte e no Centro-Oeste, o assédio judicial prevaleceu como uma ferramenta frequente contra jornalistas que cobriam conflitos de terra e gestão pública. No Nordeste, no entanto, atores não estatais lideraram os ataques verbais, escritos e digitais. **A descentralização territorial da violência é assim afirmada como uma tendência estrutural, expandindo-se para municípios médios e pequenos onde os jornalistas têm menos recursos de proteção.**

Violência baseada no sexo

A Abraji gravou 31 alertas para violência baseada no sexo, correspondendo ao número do ano anterior e confirmando a persistência desse padrão. Funcionários públicos, assim como atores não estatais (influenciadores, empreendedores ou usuários da internet), recorreram a esses ataques diante de questionamentos jornalísticos. Esse comportamento se reflete em insultos misóginos nas redes sociais por parte do vereador Carlos Bolsonaro contra a jornalista Míriam Leitão, e na onda de assédio digital contra a repórter Andréia Sadi após a publicação de uma análise jornalística. **A repetição desses episódios mostra que a violência baseada no sexo continua a ser um componente estrutural dos ataques contra a imprensa no Brasil,** particularmente no ambiente digital, onde a viralização amplifica seu impacto.



A agressão verbal, escrita e digital tornou-se o indicador mais frequente do ano

No campo esportivo também foram registrados episódios de forte preconceito sexista. A jornalista da *TV Globo* Renata Mendonça foi atacada publicamente pelo presidente do *Flamengo*, Luiz Eduardo Baptista, durante uma transmissão da *Flamengo TV*. Nathalia Freitas, também jornalista da *TV Globo*, deixou uma coletiva de imprensa depois de o presidente do clube *Atlético Goianiense* ter sugerido que a sua avaliação profissional foi influenciada pela aparência física de um jogador, minimizando o seu trabalho jornalístico.

Conclusões e recomendações

O Brasil sofreu uma profunda reconfiguração da violência em 2025. As agressões têm sido descentralizadas territorialmente, com um papel crescente de atores estatais e não estatais. Ao mesmo tempo, o ambiente digital tornou-se um espaço chave para a estigmatização, perseguição e deslegitimação do trabalho jornalístico. Em conjunto, essas tendências formam um cenário crítico face ao ciclo eleitoral de 2026 e aos seus possíveis impactos na liberdade de imprensa.

Nesse contexto, a Abraji recomenda o fortalecimento do quadro legal e das políticas públicas destinadas a prevenir e punir o assédio judicial a jornalistas, uma prática que continua a aumentar apesar dos precedentes estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Destaca-se também a necessidade de **promover programas de formação e protocolos específicos para as autoridades locais e as forças de segurança, a fim de melhorar a prevenção, a investigação e a resposta aos ataques contra a imprensa**. A Abraji apela ao Estado para que reforce as políticas de proteção contra a violência online e para que as plataformas adotem medidas eficazes contra ataques coordenados, com canais ágeis de denúncia e remoção de abusos, especialmente aqueles baseados no sexo da vítima.

Chile 2025

Número de alertas:

125

Número de vítimas:

190

Alertas transversais
baseados no sexo:

5

Número de alertas por indicador:



46 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



39 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



24 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



14 AGRESSÕES
FÍSICAS



13 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



9 ASSÉDIOS
JUDICIAIS

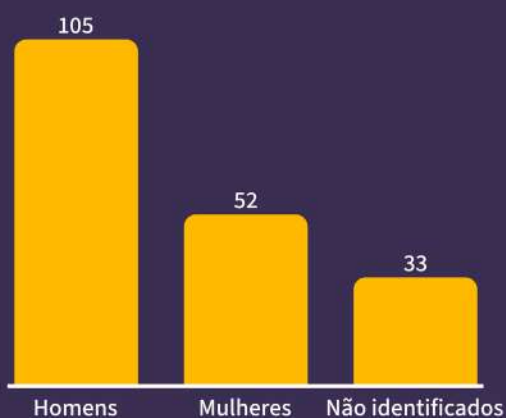


3 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



2 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS

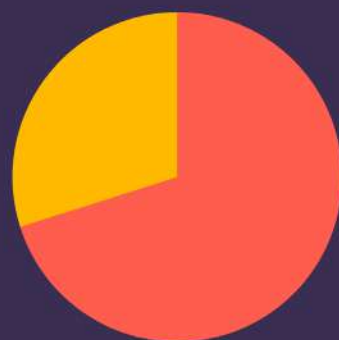
Sexo das vítimas:



Agressores:

Estatais
70.1%

Não estatais
29.9%



Contexto e tendências

Em 2025, o Chile sofreu uma mudança do assédio contra a imprensa para o ambiente virtual, intensificado durante as eleições presidenciais. A narrativa anti-imprensa, o uso abusivo do poder estatal e os ataques digitais afetaram particularmente os veículos comunitários e locais. Nesse contexto, o Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC) registrou um aumento de 14,4% no número de vítimas em relação ao ano anterior.

Os discursos estigmatizantes representaram 36,8% dos alertas anuais e consolidaram-se como o indicador mais frequente do período. Aqui, 89,1% dos casos ocorreram na arena digital, na qual atores políticos e figuras de alta visibilidade amplificaram as desqualificações que rotulam os jornalistas como “ativistas”, “octubristas” (ligados aos protestos locais de outubro de 2019), propagadores de “fake news” ou alinhados a interesses ideológicos. Durante o processo eleitoral, a expansão desses discursos mostrou uma normalização da narrativa anti-imprensa, que já não tem como alvo apenas setores críticos, mas também todo o jornalismo.

Pela primeira vez, o Chile registrou três alertas de uso abusivo do poder estatal. O primeiro envolveu a Corte de Apelaciones de Temuco, que impôs censura prévia contra o diretor de um veículo regional e de duas de suas fontes através de uma ordem cautelar. O segundo caso envolve a prefeita de San Miguel, que rescindiu unilateralmente o contrato de comodato de um imóvel municipal cedido a um veículo de comunicação comunitário. O terceiro se refere a um serviço público de saúde que despediu um trabalhador por colaborar com um veículo comunitário que questionava a gestão municipal. Os três casos apontam para um padrão comum: o uso abusivo do poder institucional para restringir o pluralismo da informação, com um impacto desproporcional nos meios de comunicação comunitários.

Mesmo que o assédio judicial tenha diminuído de 23 alertas em 2024 para nove em 2025, essa prática continua a afetar desproporcionalmente jornalistas e diretores de meios de comunicação como a Radio Paulina e os jornais El Ciudadano, Contrapoder e Novena Digital. As ofensivas incluíram ações por injúria e calúnia, recursos judiciais para remover publicações ou impedir novas transmissões televisivas, além de tentativas de revelar fontes jornalísticas. Longe de desaparecer, o assédio judicial voltou-se com especial intensidade contra veículos comunitários e locais, explorando sua falta de recursos e baixa visibilidade para silenciar coberturas críticas com o mínimo custo político.

O ODC também registrou 13 alertas de violência digital, incluindo práticas sofisticadas como ataques hackers, doxxing, falsificação de identidade e deepfakes. O candidato presidencial Marco Enríquez-

Ominami protagonizou um caso preocupante usando inteligência artificial em um anúncio de TV no qual caricaturava três jornalistas e acusava-os falsamente de serem responsáveis por uma operação judicial contra ele. Isso criou um precedente perturbador no uso de tecnologias emergentes para fins de desinformação e descrédito.

Em 2025, houve uma reconfiguração significativa nos tipos de agressores. Os atores não estatais concentraram alertas anuais de 70,1%, um aumento significativo de 37,3% em relação a 2024. Essa mudança está relacionada ao crescente peso do ambiente digital, onde contas anônimas, perfis de redes sociais e números de oposição concentraram grande parte do assédio. No entanto, persiste um padrão de intervenção por parte dos atores estatais: Carabineros de Chile, a Policía de Investigaciones de Chile, prefeituras e subsecretarias — pelo menos 14 órgãos públicos distintos — dificultaram o acesso à informação ao longo de todo o ano. Em particular, as restrições de 95,8% ao acesso à informação foram realizadas pelo Estado, mantendo uma forma clara de opacidade institucional. Assim, enquanto os atores não estatais corroem a credibilidade da imprensa nas redes, o Estado limita os insumos necessários para o jornalismo investigativo, combinando os efeitos da erosão reputacional e institucional.

Violência baseada no sexo

O ODC registrou cinco alertas transversais baseados no sexo. Eles incluíram comentários sexistas e misóginos, disseminados principalmente em plataformas digitais. O ODC encontrou um padrão de segmentação de mulheres jornalistas com alta visibilidade pública, especialmente após a participação em debates ou entrevistas de grande audiência, nos quais a violência digital funcionou como um mecanismo de disciplina simbólico e amplificação do ataque. O caso mais ilustrativo é o de uma jornalista que moderou um debate entre candidatos presidenciais: depois de uma tensa troca com um deles, ela foi imediatamente alvo de uma avalanche de assédio digital misógino nas redes sociais, nos quais a agressão não apontava para o seu desempenho profissional, mas para a sua condição de mulher.

Conclusões e recomendações

Em 2025, a violência contra a imprensa no Chile consolidou-se num padrão duplo. Por um lado, o espaço digital tornou-se o principal palco da agressão através de discursos estigmatizantes, assédio e ataques tecnológicos; por outro, o poder estatal continuou a afetar desproporcionalmente os meios de comunicação comunitários e locais. Embora o número total de alertas tenha diminuído em relação aos anos anteriores, o aumento das vítimas reflete um ambiente mais complexo para o jornalismo, especialmente em contextos eleitorais.



89,1% dos discursos estigmatizantes ocorreram na esfera digital

Nesse contexto, o Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC) incita o Estado chileno a desenvolver políticas públicas e mecanismos eficazes para proteger a imprensa, considerando a crescente virulência do discurso anti-imprensa e a estigmatização contra jornalistas e os danos que isso gera. Convida também os meios de comunicação social a implementarem estratégias de prevenção de riscos na cobertura potencialmente perigosa e a prestarem apoio abrangente face ao assédio judicial e digital. É igualmente essencial promover estudos especializados e reforçar as capacidades institucionais e profissionais que garantam a proteção dos jornalistas e das equipes de comunicação, assegurando assim um ambiente seguro e sustentável para o jornalismo no Chile.

Colômbia 2025

Número de alertas:

468

Número de vítimas:

481

Alertas transversais baseados no sexo:

19

Número de alertas por indicador:



247 AGRESSÕES VERBAIS, ESCRITAS E DIGITAIS



61 DISCURSOS ESTIGMATIZANTES



57 VIOLÊNCIAS POR MEIO DO USO DA TECNOLOGIA DIGITAL



30 RESTRIÇÕES AO ACESSO À INFORMAÇÃO



27 ASSÉDIOS JUDICIAIS



22 DESLOCAMENTOS FORÇADOS



20 AGRESSÕES FÍSICAS



2 DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

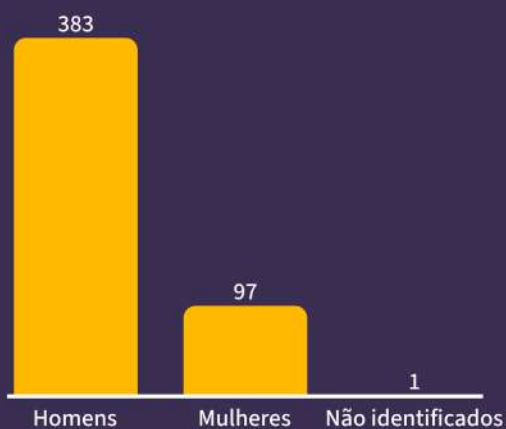


1 ABUSOS DO PODER ESTATAL



1 ASSASSINATOS

Sexo das vítimas:



Agressores:



Contexto e tendências

Em 2025, a imprensa na Colômbia enfrentou um ambiente de extrema hostilidade e impunidade devido à reconfiguração do conflito armado e à incapacidade do Estado de fornecer proteção eficaz aos jornalistas. Grupos armados ilegais perpetraram ataques sistemáticos, enquanto o Estado reforçou a estigmatização e empurrou ações legais desproporcionais contra o jornalismo. Diante dessa situação, a Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP) documentou 468 alertas que afetaram 484 vítimas, incluindo assassinatos, ataques, ameaças à vida, deslocamento forçado e violência digital.

O ano começou com o assassinato de Óscar Gómez, refletindo a violência letal com a qual convivem os jornalistas. Em 24 de janeiro, um assassino de aluguel matou o jornalista quando este entrava na rádio comunitária *Rumba del Café*. Gómez tinha dito aos seus colegas que tinha medo de continuar com o seu trabalho. Até a data desta publicação, o crime permanecia impune. Nesse mesmo clima, Gustavo Chicangana, diretor da estação *Guaviare Estéreo*, jornalista da *Caracol Radio Guaviare* e correspondente da FLIP, sobreviveu a quatro tiros disparados por um homem desconhecido na porta de sua casa. O ataque ocorreu dois meses depois de o jornalista ter denunciado ameaças do grupo Renacer del Erpac e ter pedido à Unidad Nacional de Protección (UNP) para reforçar a sua segurança. Os dois casos partilham a mesma lógica: jornalistas que denunciaram ameaças e pediram proteção, mas foram atacados assim mesmo. A impunidade não é o resultado da violência, mas a condição que a sustenta.

As agressões verbais, escritas e digitais representaram 52,8% do total de alertas, com 247 registros no ano. Agressores não identificados perpetraram 41,7% desses ataques, enquanto grupos armados ilegais executaram 36,4%. Entre os casos mais graves está o do jornalista José Ignacio Arango, que entre 2024 e 2025 sofreu 12 ameaças diretas à sua vida e à de sua família. Em uma das ações mais alarmantes, a organização criminosa “Los Mexicanos” o obrigou a divulgar um vídeo com ameaças contra o diretor e a vice-diretora da Penitenciária Modelo de Cúcuta, anunciando um “plano pistola” contra os veículos de comunicação que se recusassem a cooperar com o grupo. Essas práticas procuram controlar a narrativa local ao criar um clima de terror que sufoca o jornalismo.

Por outro lado, os atores estatais geraram 82% dos 61 discursos estigmatizantes registrados em 2025, consolidando a prática como agressão com maior peso institucional. O presidente Gustavo Petro destacou-se como o principal transmissor dessas mensagens hostis, estabelecendo um precedente para que ministros, congressistas e candidatos façam o mesmo na preparação para as eleições de 2026. O padrão sistemático de segmentação e descrédito colocou os meios de comunicação e os jornalistas no meio de disputas políticas, sendo

rotulados como aliados ou porta-vozes. O efeito sobre o jornalismo é duplo: corrói a credibilidade dos que informam e reduz o espaço para a cobertura independente num ano eleitoral.

O assédio judicial atingiu 27 alertas e consolidou-se como uma das práticas mais abusivas e prejudiciais no país. Servidores públicos responderam por 65% desses processos, embora o padrão também se estenda a atores privados. Depois de anos denunciando irregularidades no reconhecimento de diplomas de pós-graduação em medicina, a jornalista Lorena Beltrán enfrentou oito ações de tutela movidas por médicos vinculados às denúncias que havia feito. Como consequência desse assédio judicial, Beltrán viu-se obrigada a deixar o país para resguardar sua integridade. O uso abusivo do aparato judicial procura desgastar o trabalho jornalístico e enviar uma mensagem de intimidação àqueles que investigam questões sensíveis.

A Colômbia também registrou o deslocamento forçado de 22 jornalistas em 2025, consolidando o ato como uma das consequências mais graves da violência contra a imprensa. O jornalista Éder Narváez, de Caucaia, Antioquia, foi forçado a mudar duas vezes de residência devido a ameaças relacionadas com suas investigações sobre a gestão de recursos públicos e a alegada interferência do Clan del Golfo na política local. Esses repetidos ataques a repórteres e suas fontes expõem um padrão de violência que busca não só o silêncio, mas também desmantelar o jornalismo.

Violência baseada no sexo

A FLIP documentou 19 alertas transversais de violência baseada no sexo contra jornalistas, dos quais 16 foram agressões verbais, escritas e digitais. Esse tipo de violência procura desacreditar e silenciar o trabalho de informação por meio de diferentes ataques contra as profissionais mulheres. Os ataques manifestaram-se em insultos sobre a aparência física, montagens nas redes sociais com imagens de jornalistas em sacos de lixo ou atingidas por tiros e ameaças explícitas como “cale-se se você não quiser aparecer baleada”. Somadas a isso, surgiram também falsas acusações que ligavam o sucesso profissional delas a supostos favores sexuais, com o objetivo de minar sua credibilidade. Em conjunto, essa violência não só afeta as vítimas individuais, mas também atua como um aviso coletivo para restringir a participação das mulheres no jornalismo.

Conclusões e recomendações

Em 2025, a Colômbia continuou enfrentando níveis críticos de violência contra a imprensa. A intensificação dos ataques por parte de grupos armados e pistoleiros — responsáveis por assassinatos, ameaças de morte e atentados —, somada ao assédio judicial, à persistência de atores estatais que reproduzem e amplificam discursos estigmatizantes, à falta de proteção estatal e aos altos níveis de



O assédio judicial consolidou-se como uma das práticas mais abusivas e prejudiciais de 2025

impunidade, configura um ambiente cada vez mais restritivo para o exercício do jornalismo.

A FLIP adverte que a resposta do Estado permanece insuficiente e deve se concentrar em garantir uma proteção eficaz para os jornalistas e os trabalhadores da imprensa. Nesse contexto, é essencial reforçar a investigação e a punição dos agressores, garantindo justiça em casos de crimes contra a imprensa e impedindo que esses atos fiquem impunes.

Também é necessário que o Estado avance na criação e implementação de instrumentos legais que proporcionem proteção contra o assédio judicial, uma prática que afeta cada vez mais a prática do jornalismo.

A organização também pede ao governo que dê prioridade à proteção da imprensa, especialmente em territórios onde a presença e o avanço dos grupos armados são registrados. Isso envolve o desenvolvimento e a aplicação de estratégias eficazes para prevenir ataques de atores ilegais.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento dos protocolos de proteção em contextos eleitorais e de mobilização social, de forma a garantir condições seguras para o exercício do jornalismo.

Costa Rica 2025

Número de alertas:

69

Número de vítimas:

93

Alertas transversais
baseados no sexo:

3

Número de alertas por indicador:



53 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



5 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



4 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



3 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO

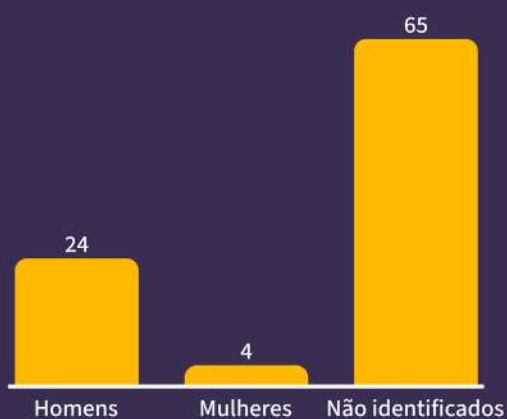


2 AGRESSÕES
FÍSICAS



1 VIOLÊNCIA
SEXUAL

Sexo das vítimas:



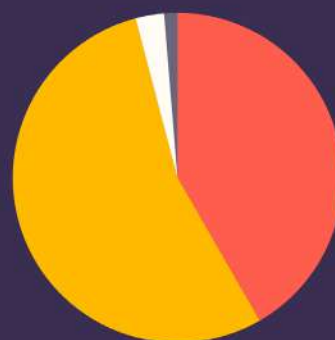
Agressores:

Estatais
41.7%

Não estatais
54.2%

Não identificados
2.8%

Paraestatais
1.3%



Contexto e tendências

Em 2025, o Instituto de Prensa y Libertad de Expresión (IPLEX) identificou a terceirização da violência contra a imprensa na Costa Rica. Embora nos últimos anos os atores estatais tenham perpetrado a grande maioria dos ataques contra jornalistas, a responsabilidade direta do Estado diminuiu de 75% em 2023 para 41,7% em 2025. Para o IPLEX, a tendência demonstra que a violência estatal germinou e se moveu para terceiros, que agora reproduzem e amplificam ataques contra o jornalismo, especialmente em ambientes digitais, cenário de 60,9% dos alertas documentados no ano.

O discurso estigmatizante representou 76,8% do total de alertas e se posicionou como o eixo central da violência contra o jornalismo nas redes sociais. Em 69,8% dos casos, os discursos vieram de atores não estatais e, em 28,3%, de atores estatais. Dado o alcance e os impactos das redes, foram geradas ondas de ódio digital que acusavam jornalistas de mentirosos, manipuladores ou mercenários com interesses políticos. Um caso crítico foi vivido por um jornalista que enfrentou ameaças de morte nas suas redes depois de ser gravado e repreendido por um seguidor apoiador do governo enquanto cobria uma coletiva de imprensa do presidente Rodrigo Chaves. Além disso, uma parlamentar governista usou o plenário da assembleia para rotular os líderes dos meios de comunicação como “ladrões e sem vergonha”, acusando-os de pilhar o Estado durante sete décadas.

Em 2025, ocorreu um caso sem precedentes de abuso do poder estatal: o governo promoveu um leilão de frequências de rádio e televisão com valores que ameaçavam excluir rádios comunitárias, familiares e indígenas. O edital estabeleceu montantes de ₡96 milhões (US\$ 203 mil) para rádios FM e de ₡800 milhões (US\$ 1,7 milhão) para televisão. Segundo o IPLEX, essa medida constituiu uma ameaça direta à cultura popular e ao tecido social da Costa Rica, sendo considerada o alerta estrutural mais grave do ano, por sua capacidade de fragilizar as estruturas identitárias que alicerçam a cultura costarriquenha. Finalmente, em fevereiro de 2026, a Sala Constitucional anulou o leilão, considerando que o mecanismo privilegiava o poder econômico sobre o interesse público.

Em 2025 foi registrado o primeiro caso de violência sexual perpetrado por um ator estatal na Costa Rica. A denúncia envolveu o então ministro Arnold Zamora, que um jornalista acusou de abuso sexual e coerção após o encerramento de seu contrato de trabalho. Longe de impedir a agressão, Zamora explorou recursos públicos para gravar um vídeo no qual expôs a vítima, incorrendo assim num ato de revitimização e uso abusivo do poder.

Violência baseada no sexo

Pela primeira vez, o IPLEX registrou três alertas transversais baseados no sexo, marcando um ponto de virada no controle de violências



Discursos estigmatizantes representaram 76,8% do total de alertas durante 2025

específicas contra mulheres jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação. Os alertas documentaram que pelo menos sete candidatos ao Congresso proferiram discursos sexistas antes de tomar posse, um sinal de que a violência baseada no sexo está se tornando institucionalizada na política local. A ofensiva se intensificou no último semestre, quando o processo eleitoral transformou discursos discriminatórios numa ferramenta estratégica para desacreditar o jornalismo, especialmente nas plataformas digitais.

Conclusões e recomendações

Em 2025, a Costa Rica enfrentou um cenário em que a violência contra a imprensa continuou comprometendo o debate público e enfraquecendo os fundamentos democráticos. Longe de recuar, o Estado continua sendo um ator central: seu discurso estigmatizante permeou diferentes setores da sociedade, funcionando como foco de disseminação de uma violência que se deslocou e se multiplicou por meio de terceiros, especialmente em ambientes digitais. Ao mesmo tempo, as ameaças dirigidas aos pequenos meios de comunicação comunitários e indígenas mostram que a liberdade de expressão não é apenas um direito sindical, mas uma condição indispensável para a saúde democrática na Costa Rica.

O IPLEX assinala que o contexto atual requer novos recursos, apoio técnico especializado e uma revisão estratégica das ferramentas disponíveis, tanto para reforçar os sistemas de monitoramento como para melhorar as respostas preventivas e as ações de acompanhamento após cada ataque. Da mesma forma, é prioritário intensificar os esforços de alfabetização digital para promover práticas responsáveis no uso das plataformas digitais e fortalecer a capacidade crítica da cidadania para reconhecer, questionar e combater narrativas de ódio, discursos estigmatizantes e dinâmicas de desinformação que afetam o debate público. Além disso, é necessário desenvolver metodologias analíticas capazes de medir, monitorar e antecipar os efeitos da violência mediada pela tecnologia na esfera pública, tanto a partir de iniciativas da sociedade civil organizada como de esforços individuais. Por fim, a partir do respeito aos direitos humanos, o Estado deve prevenir, proteger, investigar e punir qualquer ataque contra jornalistas. Nesse contexto, o IPLEX pede respostas coletivas e sustentadas que protejam o exercício do jornalismo e garantam o direito à informação enquanto pilar da democracia costarriquenha.

Cuba 2025

Número de alertas:

166

Número de vítimas:

224

Alertas transversais baseados no sexo:

0

Número de alertas por indicador:



75 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



55 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



12 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



7 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



5 AGRESSÕES
FÍSICAS



5 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES

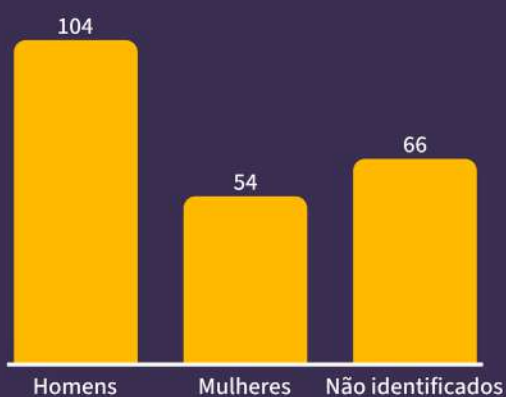


5 ASSÉDIOS
JUDICIAIS

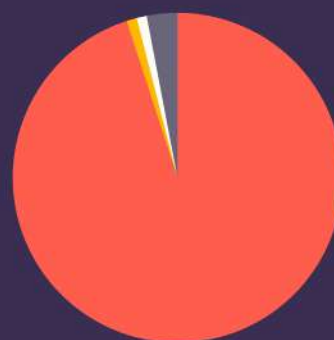


2 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL

Sexo das vítimas:



Agressores:



Contexto e tendências

Depois do êxodo sustentado de jornalistas entre 2021 e 2023, Cuba configura-se agora como uma “zona de silêncio”, na qual o jornalismo independente praticamente desapareceu. Nesse contexto, o Instituto Cubano por la Libertad de Expresión y Prensa (ICLEP) registrou 166 alertas que afetaram 224 vítimas, um ligeiro decréscimo de 3,4% em relação a 2024. Longe de refletir uma melhoria em termos de liberdade de imprensa, a variação confirma um silêncio estrutural aprofundado pelo exílio, autocensura, repressão estatal e renúncias forçadas.

O Estado concentra 94,9% dos alertas do período, o que confirma que a violência contra a imprensa não é episódica, mas sim o resultado de uma política sistemática de eliminação da dissidência. A Seguridad del Estado lidera com 135 registros. O órgão não só é o principal agente repressivo, como também o articulador do aparelho como um todo. A *Policía Nacional Revolucionaria* também foi perpetradora, principalmente em casos de detenções arbitrárias e apoio operacional, assim como o *Ministerio de Relaciones Exteriores*, com o uso de deslegitimação e estigmatização da imprensa independente. O sistema penitenciário, o judiciário e a empresa de telecomunicações ETECSA completam a rede, garantindo a continuidade da punição e do controle sobre o acesso à informação. A diversidade de atores envolvidos, juntamente com a distribuição das suas funções, incluindo a vigilância direta, a repressão à criminalização, a punição institucional e a censura tecnológica, revelam um padrão de ação coordenado.

A prisão sistemática persiste como um meio de silenciamento do jornalismo na ilha. Em 2025, o ICLEP documentou 55 detenções arbitrárias, o equivalente a 33,1% do total de alertas. A sentença de seis anos de prisão contra o jornalista independente José Gabriel Barrenechea Chávez, após sua participação num protesto pacífico contra apagões no município de Encrucijada, ilustra o uso do sistema penal para criminalizar a expressão. Sob essa mesma política, outros jornalistas, como Ángel Cusa Alonso, Carlos Michel Morales Rodríguez e Yeris Curvelo Aguilera, permanecem privados de sua liberdade sem o devido processo legal. A arbitrariedade não só viola os direitos fundamentais como também aprofunda um clima de intimidação generalizada.

As agressões verbais, escritas e digitais foram a categoria mais frequente de 2025, com 75 alertas (45,2% do total). Os ataques incluíram ameaças, atos de repúdio e campanhas de descrédito realizadas simultaneamente em diferentes partes do país. O caso de Yunia Figueredo reflete a intensidade dessa ofensiva. Depois de assumir a direção do *Amanecer Habanero*, o meio de comunicação comunitário do ICLEP, ela sofreu ameaças por telefone, atos de

repúdio na frente de sua casa, intimações policiais, detenções e interrogatórios por parte do *Ministerio del Interior*, que mantém vigilância policial permanente e ordens de prisão domiciliar contra jornalistas. Esses ataques, combinados com campanhas públicas de estigmatização e ameaças explícitas de prisão, moldam práticas destinadas a manter vozes independentes sob controle na ilha.

As restrições ao acesso à informação (12 alertas) confirmam um padrão restritivo que o ICLEP denunciou há anos. Em 2025, a *Empresa de Telecomunicaciones de Cuba (ETECSA)* foi responsável por 90% dos bloqueios e limitações deliberadas da conectividade à internet, especialmente em tempos de alta sensibilidade política. Os picos de cortes ocorridos em julho, agosto e dezembro coincidem com períodos de maior repressão geral, o que mostra que essas interrupções fazem parte de uma estratégia planejada para evitar a cobertura de protestos.

O assédio judicial (cinco alertas) e o uso abusivo do poder estatal (sete) completam o quadro regressivo para a liberdade de imprensa através de mecanismos institucionais. O regime condicionou a retirada da proibição de o jornalista Alexander Hall Lujardo deixar o país a atos de auto-incriminação pública e à entrega de bens pessoais. A jornalista Orlidia Barceló Pérez foi deportada da Bolívia para Cuba após ser detida por supostas irregularidades questionáveis em seu visto. O consulado cubano recusou-se a prestar assistência e desconsiderou seu direito de solicitar asilo, evidenciando o alcance transnacional do controle estatal. Por sua vez, um tribunal municipal estendeu arbitrariamente as sanções contra o jornalista Carlos Michael Morales Rodríguez na sua ausência e sem garantias processuais básicas. Os três casos revelam o uso discricionário das normas legais e administrativas, a ausência de um devido processo legal e a imposição de medidas coercitivas desproporcionais para servir ao mesmo propósito: punir e deter o jornalismo através da instrumentalização do Estado.

Finalmente, em termos de distribuição geográfica, as províncias de Cienfuegos, Granma e Las Tunas não registraram alertas durante todo o ano, enquanto Santiago de Cuba apenas reportou dois casos e Holguín, um caso. A falta de registros indica áreas de maior silêncio, medo e autocensura em função da falta de capacidade local para documentar a repressão.

Violência baseada no sexo

Em 2025, o ICLEP não registrou alertas transversais relacionados com a violência baseada no sexo. No entanto, a falta de registros não implica a ausência de riscos, o que abre uma linha de vulnerabilidade na proteção dos jornalistas.



ICLEP
documentou
55 detenções
arbitrárias
durante 2025

Conclusões e recomendações

Em 2025, a liberdade de imprensa em Cuba não mostrou progresso substancial, mas sim a consolidação de um modelo de silenciamento estrutural apoiado pelo Estado. A ligeira diminuição do número de vítimas deve-se ao esvaziamento do jornalismo independente no país, como resultado do exílio forçado, da perseguição sistemática e da autocensura. A concentração da violência nos atores estatais, detenções arbitrárias, criminalização e controle deliberado da conectividade à internet confirmam a existência de uma política abrangente que visa a inibir formas de discordância.

Nesse contexto, o ICLEP incita a comunidade internacional, os mecanismos de proteção dos direitos humanos e os governos democráticos a condenar a repressão sistemática do regime cubano contra a imprensa e exigir o fim imediato de detenções arbitrárias, criminalização judicial e assédio a jornalistas. A redução das vítimas registradas não deve ser interpretada como uma melhoria. Em vez disso, reflete o aprofundamento de um modelo de silenciamento baseado no medo, no exílio forçado e na eliminação progressiva do jornalismo independente em Cuba.

Equador 2025

Número de alertas:

129

Número de vítimas:

225

Alertas transversais
baseados no sexo:

5

Número de alertas por indicador:



26 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



23 AGRESSÕES
FÍSICAS



23 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



19 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



14 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



12 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



5 ASSASSINATOS



3 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS

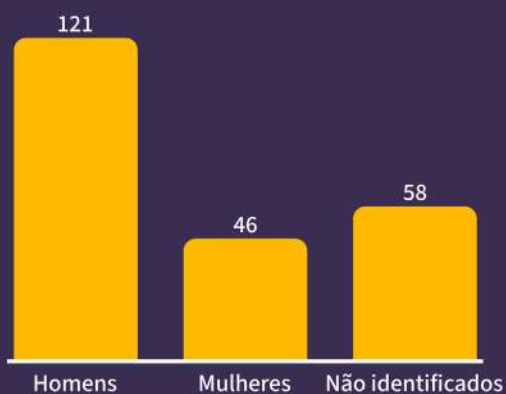


2 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



2 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS

Sexo das vítimas:



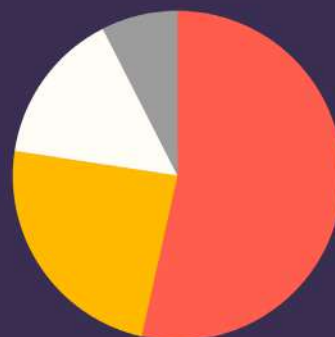
Agressores:

Estatais
53.5%

Não estatais
23.9%

Não identificados
15.1%

Grupos à
margem da lei
7.5%



Contexto e tendências

Em 2025, o Equador consolidou uma “arquitetura oficial da violência” que fez do Estado o principal agressor da liberdade de expressão. Em um contexto de estados de emergência persistentes, processos eleitorais e alto conflito social, a Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios) registrou um aumento de 16% no número de vítimas em relação a 2024³. As violações combinaram restrições normativas, limitações administrativas, agressão física, violência letal e o uso da tecnologia para causar descrédito.

O retorno da violência letal marcou o ponto mais crítico da escalada da perseguição contra a imprensa em 2025, com o assassinato de cinco jornalistas — um número sem precedentes no Equador — que investigavam esquemas de corrupção ou negócios ilícitos. Até a data de publicação deste Relatório, os tribunais não haviam esclarecido nenhum dos crimes e as investigações seguiam em ritmo lento. Um caso emblemático é o assassinato de Patricio Aguilar, baleado em retaliação por seu trabalho jornalístico na cidade de Esmeraldas. O aumento de mortes e de ataques armados responde ao fortalecimento de alianças entre o crime organizado e as autoridades locais, o que explicaria a redução dos assassinatos praticados por grupos à margem da lei e o aumento dos ataques letais perpetrados por atores não identificados.

Os atores estatais foram responsáveis por 53,5% de alertas em 2025, o que representa um salto em comparação com 44,7% de 2024. A polícia e as forças militares tiveram um papel predominante nos ataques físicos contra jornalistas, que totalizaram 23 casos e se concentraram principalmente em setembro e outubro, no contexto da greve nacional. O incidente mais grave ocorreu em Imbabura, onde um jornalista comunitário foi ferido a bala, indicando o nível extremo de violência atingido. Durante a cobertura dos protestos, os agentes dispararam gás lacrimogêneo na direção da imprensa e impuseram restrições operacionais que limitavam o trabalho no terreno, consolidando a polícia como o principal agressor nesse período.

Além disso, foram documentados episódios como uma tentativa de atropelamento durante uma transmissão ao vivo em Guayaquil e um ataque com características de uso de assassino de aluguel em Manabí, demonstrando que o risco físico transcende a cobertura de conflitos

³ Durante 2025, o monitoramento registrou uma variação significativa no número de alertas em relação ao ano anterior, em grande parte associada a uma mudança metodológica na forma de registro. Enquanto em 2024 os alertas foram contados com base no critério de uma vítima por alerta, em 2025 adotou-se uma abordagem que distingue entre alertas e vítimas, permitindo que várias pessoas afetadas sejam agrupadas no mesmo evento. Nesse contexto, foram registrados 129 alertas, o que corresponde a 225 vítimas, o que representa um aumento de 16% em relação às 194 vítimas documentadas em 2024.

sociais. Simultaneamente, sob amplos poderes administrativos, a *Agencia de Regulación y Control de las Telecomunicaciones* (Arcotel) suspendeu temporariamente os sinais das estações de rádio comunitárias e indígenas. Esse conjunto de agressões físicas e administrativas indica um padrão de assédio que confirma a centralidade do Estado como principal agressor.

O ciclo eleitoral de 2025 e a consulta popular que levaram Daniel Noboa pela segunda vez à presidência marcaram um recrudescimento da opacidade institucional. Nesse contexto, as restrições ao acesso à informação dobraram sua incidência, passando de 7,2% em 2024 para 14,7% do total de alertas registrados no ano. Essas limitações se intensificaram durante o pleito eleitoral, quando as Forças Armadas e funcionários do CNE impediram a entrada da imprensa nos locais de votação em diversas cidades do país, como Machala e Loja, apesar de os jornalistas possuírem credenciais oficiais. Da mesma forma, a narrativa oficial do “conflito armado interno” e a aplicação repetida dos estados de emergência aprofundaram a natureza restritiva da informação pública, ampliando as limitações do direito de acesso em questões de interesse geral.

As agressões verbais, escritas e digitais (26 casos) e a violência com o uso de tecnologias digitais (23) representaram, juntas, a principal frente de agressão contra a imprensa no Equador, concentrando 38% do total de alertas do período. Embora os dois tipos de agressões sejam desenvolvidos no ambiente digital, eles respondem a diferentes dinâmicas. As agressões verbais, escritas e digitais apresentaram um perfil mais diversificado de agressores e um nível mais elevado de atribuição, com atores estatais respondendo por 35%, atores não estatais por 31% e grupos à margem da lei por 23% — esta última categoria, aliás, inclui desde desqualificações públicas por servidores até ameaças diretas de organizações criminosas e roubo de identidade dos meios de comunicação. Por outro lado, a violência perpetrada com o uso da tecnologia opera predominantemente a partir do anonimato: os 61% dos casos correspondem a atores não identificados (trolls, perfis falsos e contas coordenadas) usando práticas como falsificação de identidade, ataques nas redes sociais, bloqueio de conteúdo, derrubada de sites, disseminação de material difamatório e denúncias em massa destinadas à remoção de publicações. Nesse contexto, as contas oficiais e institucionais também desempenham um papel importante na amplificação dos discursos de descrédito, contribuindo para consolidar o ambiente digital como um espaço central para o assédio e o silenciamento do jornalismo.

Finalmente, a vigilância estatal e as táticas de infiltração aprofundaram o controle de relatórios em 2025. Agentes de inteligência infiltraram-se em chats de imprensa com perfis que imitam mídias para monitorar conversas. Ao mesmo tempo, atores ligados ao governo compraram



O Equador registrou 5 assassinatos de jornalistas por autores não identificados

empresas jornalísticas, o que levanta questões sobre a concentração dos meios de comunicação e o impacto indireto nas linhas editoriais.

Violência baseada no sexo

A Fundamedios registrou cinco alertas com componentes transversais por sexo, todos no espaço digital. Os casos foram marcados por desqualificações pessoais, campanhas de difamação e contas coordenadas (incluindo trolls) para amplificar mensagens hostis contra jornalistas. De um modo geral, o enfraquecimento das garantias institucionais e o aumento da violência estrutural têm impactos diferenciados nas jornalistas já em situações de maior vulnerabilidade, o que requer a incorporação de abordagens sensíveis à diversidade e a não discriminação nas políticas de proteção.

Conclusões e recomendações

O ano de 2025 no Equador mostra um aprofundamento das tendências regressivas na liberdade de expressão. O assassinato de jornalistas, a consolidação de uma arquitetura oficial de violência, as restrições ao acesso à informação de interesse público, o uso da tecnologia para ataques digitais e o papel dos agentes do Estado em agressões físicas favoreceram o retorno dos assassinatos de jornalistas.

A Fundamedios enfatiza a urgência de garantir a efetiva implementação da *Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública*, garantindo o acesso oportuno, completo e não discriminatório à informação estatal. As restrições fundamentadas em estados de exceção ou na noção de conflito interno não podem se converter em mecanismos permanentes de classificação arbitrária de informações.

Diante do aumento da violência letal, é indispensável investigar os assassinatos de jornalistas com rapidez, independência e a devida diligência, de modo a romper os ciclos de impunidade. **A procuradoria-geral deve priorizar a investigação e a responsabilização judicial de ameaças e crimes contra a imprensa, adotando medidas de proteção para testemunhas, fontes e familiares.**

Em termos de segurança, a Fundamedios clama pela adoção de protocolos claros que garantam o respeito pelo trabalho jornalístico em contextos de protesto e operações de segurança, incluindo a proibição expressa de ataques contra trabalhadores de imprensa identificados.

Finalmente, a Fundamedios insiste que é essencial reforçar o mecanismo de proteção dos jornalistas, proporcionando-lhe recursos suficientes e autonomia operacional, bem como promover um ambiente que garanta o pluralismo, a independência editorial e as condições estruturais para o livre exercício do jornalismo em todo o território nacional.

El Salvador 2025

Número de alertas:

205

Número de vítimas:

254

Alertas transversais
baseados no sexo:

11

Número de alertas por indicador:



124 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



58 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



25 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



9 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



6 AGRESSÕES
FÍSICAS



6 VIOLÊNCIA
SEXUAL



4 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



3 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL

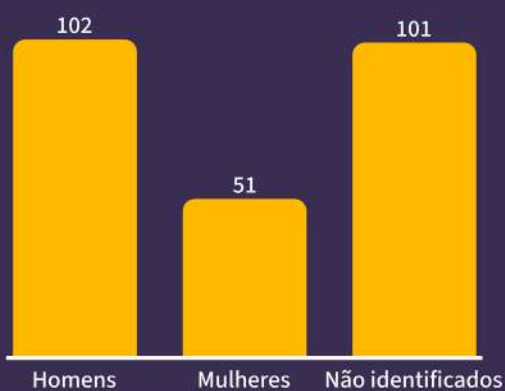


1 ASSASSINATOS



1 DESLOCAMENTOS
FORÇADOS

Sexo das vítimas:



Agressores:



Contexto e tendências

Em 2025, o Estado salvadorenho aprofundou o estrangulamento do espaço cívico sob a vigência contínua do regime de exceção. Esse cenário de crescente militarização, no qual polícia e forças militares operam com amplos poderes de intervenção, permitiu o assédio oficial e o bloqueio de fundos internacionais para forçar o fechamento de meios de comunicação e o exílio de jornalistas. A autocensura resultante e o esvaziamento da informação tornaram os ataques invisíveis e reduziram a capacidade de denúncia da sociedade civil.

Embora a Asociación de Periodistas de El Salvador (APES) tenha registrado uma redução de 35% nas vítimas em 2025 em comparação com o ano anterior, a diminuição não reflete uma melhoria, mas sim o enfraquecimento estrutural do ecossistema dos meios de comunicação. A deterioração se intensificou entre maio e julho, período que concentrou 42,9% dos alertas, num contexto de aprofundamento da resposta autoritária do Estado ao descontentamento social. A repressão dos protestos através do uso ilegítimo da força, a criminalização dos defensores e a instrumentalização do sistema penal aumentaram a pressão sobre a imprensa, favorecendo a retirada de informações sobre questões sensíveis como a segurança pública, a detenção de ativistas e o regime de emergência.

O assassinato do jornalista salvadorenho Javier Salinas, do veículo *A Todo Noticias*, executado por pistoleiros em Honduras, foi o ponto extremo de violência do ano. Salinas vivia com medidas de proteção desde 2023, por ter sido vítima de tentativa de sequestro e ameaças de morte. Além disso, há episódios de violência grave, como a detenção arbitrária por parte de militares de um repórter e de dois jornalistas estrangeiros que cobriam a prisão CECOT em Tecolúca. Eles foram coagidos a apagar o material de cobertura. Houve também seis casos documentados de violência com base no sexo.

Ataques verbais, escritos e digitais foram o padrão predominante de violência contra a imprensa em El Salvador em 2025, com 124 alertas (52,3%). Longe de serem fatos isolados, eles respondem a uma lógica sustentada pela consolidação do ambiente digital como o principal espaço para a intimidação, com a participação de atores paraestatais, agressores não identificados e servidores públicos destinados a silenciar a imprensa.

Segundo a APES, 147 dos 205 alertas (64,5%) ocorreram no ambiente digital, incluindo 95% dos discursos estigmatizantes e oito casos de violência através das tecnologias. Essa ofensiva procura deslegitimar o trabalho jornalístico através de narrativas que ligam os jornalistas ao crime organizado, num contexto em que o crescente exílio do ecossistema dos meios de comunicação também desloca as agressões para o espaço digital.

Os atores estatais continuam a ser o motor da violência contra o jornalismo, tendo sido responsáveis por 38,3% dos alertas registrados, enquanto os atores paraestatais responderam por 31,7% dos casos, proporção que mostra a consolidação de uma rede de “satélites digitais” composta por youtubers e influenciadores atuando em sintonia com o discurso oficial. O caso da usuária @LauraPocasSV é emblemático. Em seu perfil no X, ela estigmatiza, amplifica e coordena ataques sistemáticos contra jornalistas, atuando como um terminal de assédio que transforma o espaço digital num território de perseguição política.

Nesse contexto de pressão sustentada, a liberdade de imprensa em El Salvador está se deteriorando. A APES registrou um alerta de deslocamento forçado de sete jornalistas do veículo *El Faro*, que deixaram o país com urgência depois de receberem alertas diplomáticos sobre possíveis mandados de prisão iminentes contra eles. Quase um ano após o pedido legal apresentado pela APES para esclarecer o status legal de seis dos sete repórteres, o Estado mantém um silêncio administrativo que valida a incerteza e perpetua o exílio como um mecanismo de silenciamento.

Dos 25 alertas de restrições ao acesso à informação, os incidentes de junho revelam um padrão deliberado de bloqueio da cobertura judicial. No Centro Judicial Isidro Menéndez, as novas disposições de segurança criaram condições para autorizar a entrada da imprensa e deixaram pedidos sem resposta. Durante a audiência contra a defensora dos direitos humanos Ruth López, agentes da polícia bloquearam ativamente o trabalho jornalístico. Os casos confirmam que o governo restringe sistematicamente a cobertura de processos judiciais sensíveis.

Violência baseada no sexo

Em 2025, foram registrados 11 alertas transversais baseados no sexo, número que confirma a persistência desse tipo de violência em comparação com os dez documentados em 2024. **A identificação de seis casos de violência com base no sexo contra jornalistas é a descoberta mais alarmante do monitoramento.**

Essas agressões se manifestam principalmente por meio de comentários misóginos, ataques à competência profissional e formas diferenciadas de violência digital. Enquanto os ataques dirigidos a jornalistas homens costumam focar na criminalização ou em supostos vínculos políticos, as agressões contra mulheres frequentemente recorrem a insinuações sexistas para deslegitimar seu trabalho jornalístico, incluindo acusações de favores sexuais para ascender a cargos e ataques à sua vida pessoal e moral.

Conclusões e recomendações

Em 2025, El Salvador aprofundou um padrão de assédio contra a imprensa num contexto de concentração de poder e de fragilização



64,5% dos alertas registrados ocorreram no ambiente digital

das garantias institucionais. Embora os avisos tenham diminuído em relação a 2024, a maior gravidade dos ataques, juntamente com o exílio de jornalistas, a redução da cobertura sensível, a queda do financiamento internacional e o clima de medo, mostram que não há melhoria estrutural nas condições do jornalismo.

A APES sublinha a necessidade de reforçar os mecanismos de proteção com recursos e protocolos claros, além de garantir o acesso à informação pública e adequar a *Policía Nacional Civil* e a *Fuerza Armada* às normas internacionais. Da mesma forma, defende a revisão do recente marco normativo, especialmente da *Ley de Agentes Extranjeros*, em razão de seu potencial efeito criminalizador, e alerta para os riscos associados ao regime de exceção e às novas normas de cibersegurança, diante da falta de mecanismos de controle claros que poderiam permitir práticas indevidas de vigilância.

Por fim, é essencial garantir o regresso seguro dos jornalistas exilados e alargar as medidas de proteção aos defensores dos direitos humanos expostos a dinâmicas semelhantes de perseguição.

Guatemala 2025

Número de alertas:

35

Número de vítimas:

38

Alertas transversais
baseados no sexo:

0

Número de alertas por indicador:



12 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



8 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



7 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



5 AGRESSÕES
FÍSICAS



3 ASSASSINATOS



3 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



1 DESAPARECIMENTOS
FORÇADOS

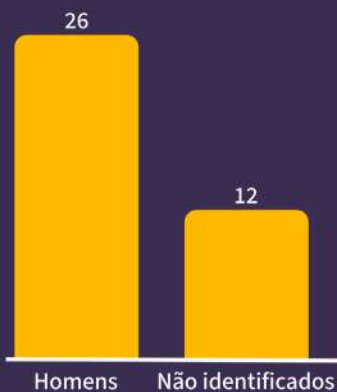


1 DETENÇÃO
ARBITRÁRIA



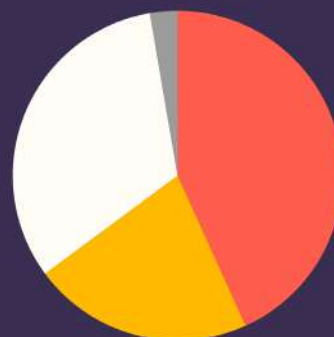
1 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO

Sexo das vítimas:



Agressores:

- Estatais 43.2%
- Não estatais 21.6%
- Não identificados 32.4%
- Grupos à margem da lei 2.7%



Contexto e tendências

O jornalismo na Guatemala continuou sendo uma atividade de alto risco em 2025. Setores de poder político e econômico implantaram uma ofensiva que combina pressões judiciais, sufocamento econômico, assédio digital e violência letal. Nesse contexto, o Instituto Centroamericano de Estudios para la Democracia Social (DEMOS) registrou 35 alertas que afetaram 38 jornalistas, o que representa uma diminuição de 47,9% no número total de vítimas em comparação com 2024.

Os ataques verbais, escritos e digitais responderam por 29,3% dos alertas registrados e consolidaram-se como o principal mecanismo de violência contra jornalistas. Ao mesmo tempo, o assédio judicial representou 19,5% dos alertas – um aumento de 12,7% em relação a 2024 –, confirmando o crescente uso do sistema legal como uma ferramenta de atrito contra a imprensa. Por sua vez, a violência com o uso de tecnologias digitais atingiu 17,1% dos casos, refletindo a consolidação do ambiente digital como um espaço central para a perseguição de jornalistas e assédio.

A violência mortal atingiu níveis críticos com o assassinato de três jornalistas: Cristian Martínez, no contexto de um suposto assalto; Ismael Alonzo, um jornalista comunitário morto por um grupo de homens armados do lado de fora de sua casa; e Jorge Zapeta, que tinha relatado ameaças anteriores e cujo corpo foi encontrado uma semana após o seu desaparecimento com sinais de violência. Somada a essa ofensiva está o desaparecimento forçado de Milton Polanco, que até o momento de publicação deste documento continuava desaparecido. A inação do sistema judicial contra esses crimes reforça a impunidade estrutural, fator que perpetua o risco de morte e anula garantias mínimas para o exercício do jornalismo. Na mesma linha, as irregularidades e as constantes mudanças nos juízes marcaram os quase quatro anos de detenção pré-julgamento do jornalista José Rubén Zamora, agora privado da sua liberdade pelo seu trabalho jornalístico.

Os atores estatais perpetraram 43,2% do total de alertas, incluindo o Ministério Público, servidores do Organismo Judicial, a *Polícia Nacional Civil*, prefeitos e um secretário municipal. O envolvimento deles estendeu-se a várias formas de agressão, combinando assédio judicial, restrições ao acesso à informação, discursos estigmatizantes e agressões físicas e digitais. Nesse contexto, observam-se práticas estruturais, como a restrição por parte do Estado ao jornalismo investigativo com o descumprimento sistemático da *Ley de Acceso a la Información Pública*, e ações diretas de intimidação por meio do aparelho judicial para condicionar o trabalho jornalístico. Um exemplo foi a pressão exercida pelo tribunal de San Pedro Ayampuc contra o jornalista Edwin Omar Sandoval, ao tentar forçá-lo a parar



A violência mortal atingiu níveis críticos com o assassinato de três jornalistas

de cobrir questões da administração pública sob ameaça de ação legal e possível privação de liberdade.

Além disso, o sufocamento econômico forçou a reconfiguração estrutural do ecossistema de mídia guatemalteco em 2025. A crise financeira extinguiu quase todos os meios de comunicação impressos, forçando a migração total para o formato digital. Esse deslocamento alterou as condições de produção e financiamento do jornalismo independente, aumentando a exposição a riscos de segurança e vigilância digital. Nesse cenário, o surgimento do jornal impresso Positivamente, financiado por duas empresas privadas, constitui uma exceção dentro de um ecossistema de mídia predominantemente digitalizado.

Violência baseada no sexo

Durante 2025, não foram registrados avisos transversais de violência baseada no sexo. No entanto, o DEMOS aponta que a ausência de um programa de proteção a mulheres jornalistas com medidas diferenciadas limita a possibilidade de abordar especificamente as formas de violência baseada no sexo que se manifestam no exercício do jornalismo.

Conclusões e recomendações

Em 2025, a liberdade de expressão na Guatemala enfrentou a persistência de padrões estruturais de criminalização, assédio judicial e impunidade impulsionada principalmente pelo Estado. Esse padrão de agressão, que se estende ao assassinato e desaparecimento de jornalistas, desmonta as garantias básicas da lei e anula qualquer proteção real para a prática jornalística.

Nesse contexto, é imperativo que o Ministério Público e o Organismo Judicial cessem as práticas de acusação judicial e fortaleçam os protocolos para investigar casos de ataques contra jornalistas, assegurando o bom funcionamento da promotoria para crimes cometidos contra jornalistas. Da mesma forma, o DEMOS insta o Poder Executivo a avançar no cumprimento de seu compromisso de criar e colocar em funcionamento um Programa de Proteção a Jornalistas em consulta com a categoria, além de assegurar a implementação efetiva das medidas cautelares concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e de garantir o funcionamento da Instância de Análise de Ataques contra Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas.

O DEMOS defende, ainda, que a Dirección de Protección a Personas y Seguridad de la Policía Nacional Civil reforce os mecanismos de análise de risco e a atribuição de medidas de proteção, assegure o funcionamento da linha direta para reclamações e reveja os protocolos especializados de investigação. Também é relevante para o órgão

avancar na criação de garantias que possibilitem o retorno seguro de jornalistas no exílio e estabelecer mecanismos de coleta de dados desagregados sobre ataques contra jornalistas e outras populações em situação de vulnerabilidade. Finalmente, o DEMOS insiste que a Procuraduría de Derechos Humanos deve continuar a acompanhar eficazmente jornalistas e meios de comunicação atacados e assegurar o cumprimento do direito de acesso à informação pública.

Honduras 2025

Número de alertas:

77

Número de vítimas:

118

Alertas transversais
baseados no sexo:

16

Número de alertas por indicador:



37 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



26 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



17 AGRESSÕES
FÍSICAS



13 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



11 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



9 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



3 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



2 ASSASSINATOS

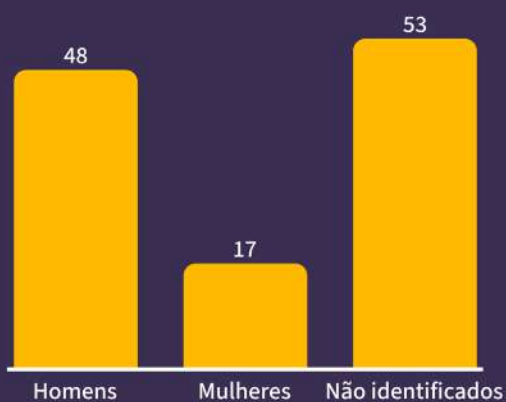


2 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



1 DESLOCAMENTOS
FORÇADOS

Sexo das vítimas:



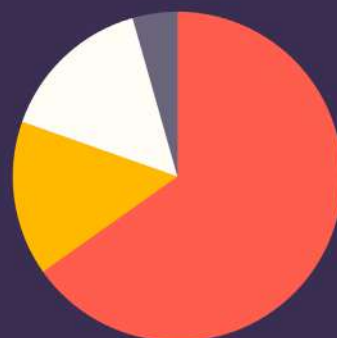
Agressores:

Estatais
65.2%

Não estatais
15.2%

Não identificados
15.2%

Paraestatais
4.4%



Contexto e tendências

Em 2025, a violência contra a imprensa em Honduras se manifestou por meio de mortes, estigmatização e uso do aparato estatal para intimidar o jornalismo. Num contexto marcado pelo ciclo eleitoral, intensificaram-se os ataques, o discurso de ódio e as campanhas de difamação contra jornalistas e os meios de comunicação. De acordo com o monitoramento realizado pelo Comité por la Libre Expresión (C-Libre), houve 77 alertas que afetaram 118 vítimas, um número próximo às 123 vítimas documentadas em 2024.

O assassinato de dois jornalistas expõe a extrema vulnerabilidade dos profissionais de imprensa nas Honduras. Os casos de Carlos Gilberto Aguirre, apresentador de rádio e cronista desportivo do *Oro Estéreo* de Olancho, e de Javier Hércules, jornalista do programa *A Todo Noticias* em Copán, cuja execução foi perpetrada apesar de terem medidas de proteção oficiais, demonstram a incapacidade do Estado hondurenho de garantir a segurança dos jornalistas. Para o C-Libre, os crimes fazem parte de um padrão estrutural de impunidade em que cerca de 90% dos assassinatos de jornalistas permanecem sem resolução na justiça.

A violência letal enquadra-se num contexto mais amplo de deslegitimação do jornalismo, onde os discursos estigmatizantes aumentaram drasticamente, de 7,3% em 2024 para 30,6% em 2025. Os atores estatais foram responsáveis por 59,5% desses alertas, consolidando o uso do discurso oficial como mecanismo para deslegitimar o trabalho jornalístico. Além disso, registraram-se 11 alertas de agressões verbais, escritas e digitais que incluíram ameaças de morte e ataques às redes sociais. Entre os fatos documentados, o chefe das Forças Armadas colocou bandeiras em diferentes partes de Tegucigalpa, em que os jornalistas foram apontados como “pistoleiros da verdade”.

Nesse contexto, os atores estatais participaram em 65,2% dos alertas anuais, consolidando práticas de vigilância, pressão institucional e perseguição contra a imprensa. Eles foram responsáveis por 84,6% dos casos de assédio judicial, uma forma de agressão que aumentou de 6,5% em 2024 para 10,7% em 2025, refletindo um aumento no uso de mecanismos legais para intimidar e pressionar jornalistas. Sob essa lógica de perseguição, o Ministério Público exigiu do veículo digital *Criterio.hn* informações sobre fontes e procedimentos de uma investigação publicada três anos antes. Essas ações violam o sigilo profissional e restringem o trabalho principalmente de jornalistas que investigam corrupção, abuso de poder ou conflitos políticos.

Durante o ciclo eleitoral de 2025, houve um aumento significativo nos ataques contra a imprensa, que representaram 41,6% dos alertas do ano. Nesse período, os atores estatais foram responsáveis por 62,5%

dos ataques, o que evidencia o uso do poder público para restringir a cobertura. O caso mais grave envolveu o jornalista Henry Torres, que foi brutalmente agredido pelo prefeito de San Marcos (Ocotepeque), Gerardo Antonio Mejía, e seu primo e servidor municipal, Jester Cardona Mejía, em retaliação por relatar sua derrota eleitoral. O ataque foi premeditado e executado com extrema violência: Torres foi agredido nas costas até ficar inconsciente. O caso também mostrou o uso desigual do sistema de justiça: a queixa do jornalista não avançou, enquanto a queixa apresentada pelo servidor teve sucesso.

Nesse contexto, foram também documentadas 26 restrições ao acesso à informação na delegacia eleitoral, afetando o direito dos cidadãos a receber informação em tempo oportuno sobre o processo. Pelo menos cinco meios de comunicação locais foram obstruídos nos seus esforços de comunicação por membros da *Policía Militar del Orden Público e agentes da Dirección Policial de Investigaciones* (DPI), enquanto tentavam fornecer cobertura noticiosa do processo eleitoral em Roatan, Islas de la Bahía. Essas práticas de censura, restrição e silenciamento da imprensa assumem uma dimensão particularmente crítica em contextos de alta sensibilidade política, como os processos eleitorais, onde o controle da informação se torna estratégico e, conseqüentemente, eleva a exposição a riscos e violência para membros da imprensa.

Violência baseada no sexo

Os avisos transversais de violência baseada em sexo contra comunicadoras quadruplicaram, de quatro alertas em 2024 para 16 em 2025. Esses ataques incluíram atos de violência no local de trabalho, comentários sexistas e ataques misóginos. Ameaças diretas contra mulheres jornalistas foram documentadas durante a cobertura no terreno, além de intimidação para forçá-las a abandonar a reportagem e ataques físicos em contextos de cobertura política. Episódios de violência digital e campanhas de assédio nas redes sociais contra essas profissionais também foram reportados em retaliação a publicações críticas. Nos eventos mais graves, foram registradas ameaças de agressão física contra uma jornalista que cobria queixas dos cidadãos e uma tentativa de incendiar a casa de outra jornalista, o que demonstra uma escalada de violência estrutural que limita a participação das mulheres no debate público.

Conclusões e recomendações

O jornalismo nas Honduras continua profundamente adverso e letal. Agressões físicas, campanhas de estigmatização, assédio judicial e o uso de instituições estatais para intimidar jornalistas mostram que o país ainda enfrenta sérios desafios para garantir a liberdade de expressão. A alta participação dos atores estatais como agressores e o uso do sistema de justiça para processar jornalistas refletem uma



O atores
estatais foram
responsáveis
por 84,6%
dos casos de
assédio judicial

preocupante instrumentalização das instituições públicas. Some-se a isso a persistente impunidade dos homicídios de jornalistas, que nega justiça às vítimas e envia uma mensagem de tolerância face à violência contra a imprensa.

Diante desse cenário, é urgente que o Estado fortaleça o sistema de garantias para a efetiva proteção dos jornalistas e comunicadores. As medidas prioritárias incluem: reforço do mecanismo de proteção dos jornalistas e defensores dos direitos humanos; investigação eficaz e especializada de crimes contra a imprensa; respeito irrestrito pelo sigilo profissional e proteção de fontes; e adoção de políticas públicas que previnam e punam a estigmatização e a violência contra jornalistas. É também essencial que o Estado atribua recursos suficientes ao mecanismo de proteção, garanta a independência ao *Ministerio Público* contra a pressão política nos casos em que envolvam jornalistas, e estabeleça protocolos claros para as forças de segurança respeitarem o trabalho da imprensa em contextos de cobertura de manifestações e eventos oficiais.

México 2025

Número de alertas:

400

Número de vítimas:

461

Alertas transversais
baseados no sexo:

36

Number of alerts by indicator:



114 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



59 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



58 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



57 AGRESSÕES
FÍSICAS



48 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



30 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



10 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



8 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS



7 ASSASSINATOS



2 DESAPARECIMENTOS
FORÇADOS



2 DESLOCAMENTOS
FORÇADOS



2 ABUSOS
DO PODER ESTATAL

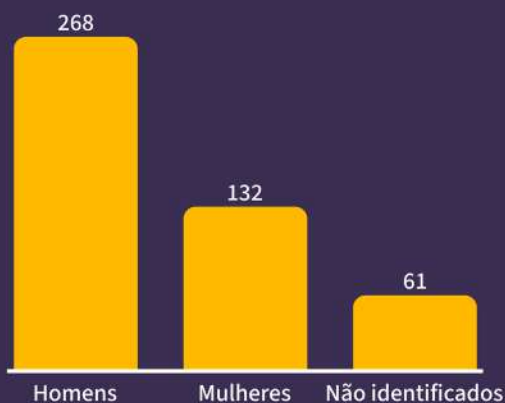


1 SEQUESTRO



1 VIOLÊNCIA
SEXUAL

Sexo das vítimas:



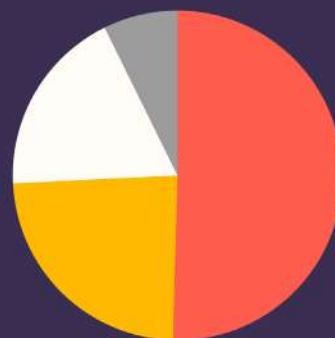
Agressores:

Estatais
50.5%

Não estatais
23.8%

Não identificados
18.5%

Grupos à
margem da lei
7.3%



Contexto e tendências

O primeiro ano do governo de Claudia Sheinbaum trouxe um relaxamento no discurso oficial à imprensa, mas não na violência estrutural que a configura: **o México lidera a região em agressão e permanece como o país latino-americano mais violento e letal para o jornalismo em 2025**. Embora o total de alertas tenha registrado uma diminuição de 38,6%, este número responde às adaptações metodológicas da organização que os documenta⁴ (Article19) e não a uma melhoria estrutural das garantias para a prática jornalística.

Apesar do aparente declínio, **a letalidade contra a imprensa mexicana aumentou em 2025 com sete assassinatos, em comparação com os cinco registrados no ano anterior**. Os crimes concentraram-se principalmente em contextos locais, nos quais a cobertura de casos de corrupção e de segurança pública enfrenta uma convergência de interesses políticos, econômicos e criminosos. Um caso que expõe essa dinâmica é o assassinato de Jesús Guerrerol Cayetano, jornalista e vice-diretor do *Global México*, executado por homens desconhecidos num estacionamento público, apesar de ter recebido medidas de proteção por parte do governo federal. O crime reabre um ciclo de impunidade para os meios de comunicação. Após 12 anos, o caso do assassinato de Adrián Silva Moreno continua sem resolução. Esse padrão reflete a inoperância dos mecanismos de proteção e a incapacidade do Estado de investigar e prevenir os homicídios.

A violência letal não funciona isoladamente, mas como o ápice de uma série de agressões contínuas. Além dos casos de homicídio, houve dois desaparecimentos forçados durante o ano, um atribuído a um ator estatal e outro a agressores não identificados; um sequestro perpetrado por grupos à margem da lei e dois deslocamentos forçados, em Michoacán e Guerrero, estados onde o crime organizado exerce controle territorial que torna inviável o jornalismo local. Essas formas de violência extrema são o prelúdio da violência letal: sinais anteriores de um processo de normalização em que cada agressão sem resposta estatal permite a seguinte.

Outra característica relevante do período foi a mudança nos padrões de violência registrados. Em 2024, ataques e agressões representaram 45,9% do número total de alertas. Em 2025, agressões verbais, escritas e digitais foram as mais numerosas, representando 28,5% do total, seguidas por discursos estigmatizantes (14,5%), mostrando uma mudança em direção ao assédio discursivo e digital. Essa maior variação entre indicadores mostra que as agressões já não se

⁴ Deve-se notar que o número de alertas registrados difere do relatório anual do Article 19 devido a diferenças na metodologia de contagem. No seu relatório anual, a organização documenta as agressões por vítima, bem como conta menos indicadores do que os registrados na metodologia VDS.

concentram numa única categoria dominante, mas estão distribuídas em diferentes mecanismos de pressão.

O assédio judicial aumentou drasticamente para 12% do total de alertas, muito acima do índice de 2,5% anotado em 2024. A eleição popular de juízes enfraqueceu a independência do judiciário, criando condições para que a ofensiva judicial contra a imprensa se consolidasse como um mecanismo de silenciamento, especialmente em contextos eleitorais. Um caso emblemático foi a prisão do jornalista Rafael León Segovia, conhecido como Lafita León, preso por acusações de terrorismo e crimes contra instituições de segurança pública. De acordo com a Article 19, o processo criminal está ligado à cobertura jornalística de Segovia na região sul de Veracruz, um território marcado pelo crime organizado.

Outro marco institucional importante foi o fim do Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales (INAI), órgão autônomo responsável por garantir o acesso à informação pública. Suas funções foram absorvidas pelo Poder Executivo, suscitando preocupações quanto à independência dos mecanismos de transparência. Esse revés institucional não ocorre no vácuo: as restrições ao acesso à informação representaram 12% do total de alertas registrados em 2025, com 48 casos atribuídos inteiramente a atores estatais. Nesse contexto, a Article 19 sublinha a importância de preservar as garantias institucionais que sustentam o acesso efetivo à informação de interesse público.

Violência baseada no sexo

Durante 2025, a Article 19 registrou 36 alertas transversais de violência baseada em sexo que afetaram 40 vítimas. O ambiente digital concentrou 80,6% desses alertas, executados através de campanhas coordenadas em redes sociais com comentários misóginos e ameaças de violências com base no sexo contra mulheres jornalistas. Da mesma forma, os discursos estigmatizantes representaram 44,4% desses alertas transversais, enquanto 36,1% foram agressões verbais e digitais, o que confirma a concentração dos espaços de assédio em ambientes virtuais. Além disso, duas das dez detenções arbitrárias registradas durante o ano incluíram atos sexistas ou misóginos dos agressores.

O caso de Rubí Soriano exemplifica a vulnerabilidade da imprensa na esfera judicial. Durante as eleições de 2025, o Instituto Eleitoral de Puebla denunciou a jornalista por violência política baseada no sexo depois de publicar uma nota crítica sobre uma candidata. Foi um processo baseado arbitrariamente em comentários de terceiros nas redes sociais e não em manifestações de autoria da jornalista. O caso ilustra como a legislação criada para proteger a participação



O México se confirma como o país mais letal com o assassinato de 7 jornalistas

política das mulheres pode ser usada para tentar censurar o conteúdo jornalístico.

Conclusões e recomendações

Em 2025, o México foi o país mais violento da América Latina para o exercício do jornalismo. O aumento dos assassinatos de jornalistas durante o período, incluindo os que tinham proteção do Estado, mostra a persistência de sérias falhas na prevenção da violência contra a imprensa e na eficácia dos mecanismos de proteção existentes. **É uma prioridade fortalecer políticas abrangentes de proteção pública, adaptando não só as medidas concedidas, mas também as preventivas do Estado destinadas a fortalecer a proteção dos jornalistas e dos meios de comunicação.** Considerando os altos níveis de impunidade que ainda caracterizam esses crimes, é essencial garantir investigações diligentes e eficazes que permitam que os perpetradores sejam punidos e ajudem a evitar a reincidência desses atos.

Ao mesmo tempo, o aumento do assédio judicial confirma o crescente uso de mecanismos judiciais como forma de pressão e silêncio contra a imprensa. Dentro de um contexto de enfraquecimento da independência judicial, essa tendência reforça a necessidade de adotar medidas que impeçam o uso do sistema judicial para restringir e dificultar a atividade jornalística, especialmente nos casos relacionados com a cobertura de assuntos de interesse público.

O desaparecimento de órgãos autônomos para o acesso à informação pública compromete uma condição essencial da prática jornalística. **O Estado deve restaurar e garantir a independência dessas instituições, fornecendo-lhes orçamentos suficientes e assegurando que as decisões delas sejam vinculativas e executórias sem interferência do Executivo.**

Finalmente, a persistência da violência baseada no gênero contra mulheres jornalistas – em particular em ambientes digitais – mostra que os ataques afetam determinados grupos de forma diferenciada e que as respostas institucionais devem abordar tais especificidades. Nesse contexto, é necessário incorporar abordagens diferenciadas nas políticas de proteção existentes e desenvolver respostas específicas às formas de violência que afetam particularmente as mulheres jornalistas.

A persistência dessas agressões nas suas múltiplas formas – letais, institucionais e digitais – revela que inverter a posição do México como o ambiente mais hostil da região para a imprensa requer reformas estruturais sustentadas, não medidas isoladas.

Nicarágua 2025

Número de alertas:

63

Número de vítimas:

110

Alertas transversais
baseados no sexo:

2

Número de alertas por indicador:



45 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



6 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



5 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



3 DESLOCAMENTOS⁵
FORÇADOS



2 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL

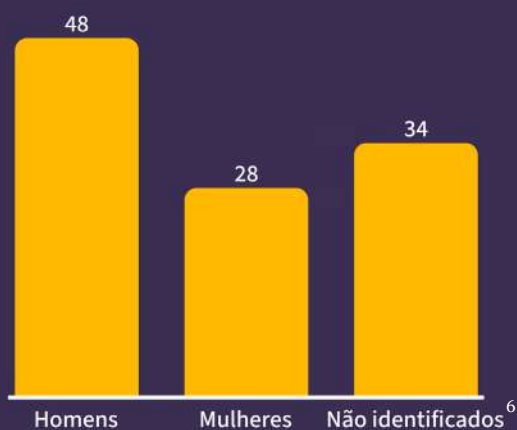


1 AGRESSÕES
FÍSICAS



1 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS

Sexo das vítimas:



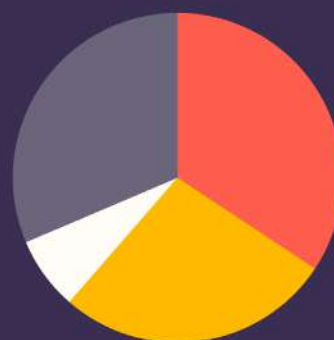
Agressores:

Estatais
34.3%

Não estatais
27.1%

Não identificados
7.1%

Paraestatais
31.4%



⁵ No seu monitoramento, a FLED complementa o indicador “Deslocamento Forçado” com a categoria “Exílio”, que registra um total de 309 jornalistas exilados desde 2018, dos quais 26 documentados em 2025.

⁶ Segundo o monitoramento da FLED, os 34 alertas de agressor “Não Identificado” correspondem a meios de comunicação.

Contexto e tendências

Em 2025, o Estado nicaraguense consolidou um modelo de controle absoluto sobre a informação. Após 18 anos de domínio ininterrupto, a vigilância tecnológica, o assédio digital e a perseguição judicial formaram um mecanismo estatal de pressão sistemática para silenciar o jornalismo e privar os cidadãos da informação de interesse público. Nesse contexto, a Fundación por la Libertad de Expresión y Democracia (FLED) registrou 63 alertas contra 110 jornalistas e meios de comunicação, o que representa um aumento de 35,8% no número de vítimas em comparação com 2024.

Essas dinâmicas fazem parte de um quadro institucional que tem expandido as ferramentas de monitoramento da informação e das comunicações. De acordo com a FLED, a reforma constitucional consolidada em 2025 permite restrições aos direitos fundamentais sob critérios de soberania nacional, o que pode afetar a liberdade de expressão. Isso se traduz em ações concretas, como a dissolução de uma associação de jornalistas, a destruição de arquivos num canal de notícias e a proibição de três jornalistas de entrarem ou regressarem ao país. Ao quadro se somam a *Ley de Telecomunicaciones Convergentes*, que permite o acesso do Estado a comunicações privadas sem ordem judicial, e a *Ley de Ciberdelitos*, que penaliza a divulgação de informações classificadas como falsas. Em conjunto, há um sistema de vigilância que pode criminalizar a crítica e a interação dos cidadãos em ambientes digitais.

As agressões verbais, escritas e digitais constituem a categoria mais numerosa do período, com 45 casos, 71% do número total de alertas, e têm uma característica distintiva: o espaço digital é o principal território da violência, com 62,2% dos casos originados de plataformas digitais. Por sua vez, sete em cada dez ataques no ambiente digital foram perpetrados por atores paraestatais ou estatais, o que ilustra um ecossistema repressivo no qual o Estado atua tanto diretamente quanto por meio de veículos de comunicação, jornalistas e simpatizantes sandinistas que reproduzem e amplificam o discurso oficial. O maior pico do ano ocorreu em junho, com nove casos, majoritariamente associados a uma escalada coordenada de ataques promovidos por perfis e figuras alinhados ao governo contra diretores de veículos independentes exilados e jornalistas que permanecem na Nicarágua. Além disso, eles sofreram uma forma adicional de intimidação: o assédio a suas casas e familiares como mecanismo de pressão ampliada.

Durante o último trimestre de 2025, houve um aumento dos ataques de atores não estatais. Dos dez alertas registrados entre outubro e dezembro, sete foram perpetrados por atores não estatais, especialmente em ambientes digitais, superando pela primeira vez no ano os atribuíveis ao Estado. O fenômeno pode estar ligado tanto



A FLED registrou um aumento de 35,8% no número de vítimas

a estratégias coordenadas de assédio digital como à progressiva internalização de narrativas oficiais que desacreditam o trabalho jornalístico e apresentam jornalistas como responsáveis por gerar instabilidade política ou social.

Finalmente, o avanço das zonas de silêncio – territórios onde o jornalismo independente desapareceu completamente – é a consequência mais crítica da violência do Estado. Em 2025, com o fim da imprensa em Chinandega, os departamentos sem cobertura plural subiram para 11, deixando 65% do território nacional sob controle exclusivo da narrativa dominante. Esse fenômeno mostra um processo de desertificação da informação associado ao fechamento de veículos de comunicação, ao exílio de jornalistas e às restrições ao trabalho das notícias.

Violência baseada no sexo

Em 2025, a FLED registrou dois alertas transversais de violência baseada no sexo. Em um dos casos, um indivíduo ligado a estruturas paramilitares ameaçou e agrediu fisicamente uma repórter enquanto ela entrevistava cidadãos sobre o aumento do preço da gasolina. O assédio a obrigou a deixar o local para preservar sua integridade física. Sobre o tema, a FLED adverte que as mulheres jornalistas continuam a enfrentar contextos de vulnerabilidade diferenciada, particularmente durante a cobertura em espaços públicos.

Embora a subnotificação geral esconda muitos ataques baseados em sexo, a estigmatização sistemática contra a imprensa aumenta o assédio que atinge as mulheres de forma mais incidiosa, particularmente em contextos digitais. Em plataformas e espaços de comentários associados a conteúdos jornalísticos, são frequentemente observadas mensagens agressivas ou desqualificadoras dirigidas contra jornalistas, um fenômeno que afeta particularmente as mulheres.

Conclusões e recomendações

Após 18 anos de governo do binômio Ortega-Murillo, a liberdade de imprensa na Nicarágua enfrenta um processo sustentado de erosão estrutural, marcado pela perseguição judicial, vigilância digital, criminalização da expressão crítica e expansão das áreas de silêncio informativo.

Nesse contexto, a FLED reitera o seu apelo ao Estado da Nicarágua para que respeite e garanta a liberdade de expressão e o direito à informação; cesse a perseguição aos jornalistas e aos meios de comunicação social; e liberte todas as pessoas detidas por relatar ou expressar opiniões críticas. A organização apela também à revisão e alinhamento do marco regulamentar existente, incluindo as disposições relativas à vigilância das telecomunicações e à

cibercriminalidade, com as normas internacionais em matéria de direitos humanos e liberdade de expressão.

Por fim, apela à comunidade internacional e aos países da região para que mantenham a sua atenção sobre a situação da liberdade de imprensa na Nicarágua e reforcem os mecanismos de proteção e apoio aos jornalistas em risco, incluindo os que continuam trabalhando do exílio. Para isso, é preciso facilitar o acesso a vistos e estatuto de proteção humanitária, sustentar o financiamento dos meios de comunicação nicaraguenses que operam no estrangeiro e garantir que os jornalistas exilados possam participar em espaços internacionais de incidência sem colocar em risco as suas famílias ou fontes que permanecem no país.

Paraguai 2025

Número de alertas:

20

Número de vítimas:

21

Alertas transversais
baseados no sexo:

0

Número de alertas por indicador:



11 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS
E DIGITAIS



5 AGRESSÕES
FÍSICAS



3 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



1 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL

Sexo das vítimas:



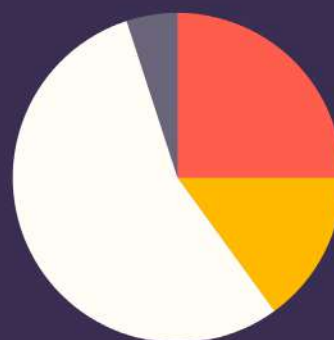
Agressores:

Estatais
25%

Não estatais
15%

Não identificados
55%

Paraestatais
5%



Contexto e tendências

O Paraguai apresentou uma redução de 42,9% nos alertas anti-imprensa, passando de 35 registros em 2024 para 20 em 2025. Para o Instituto de Derecho y Economía Ambiental (IDEA), a queda se deve principalmente à ausência de processos eleitorais — um contexto que historicamente intensifica ataques a jornalistas — e a uma retirada estratégica de agentes agressores, especialmente atores políticos, dado o impacto negativo na sua imagem pública e internacional dos discursos contra a imprensa. Apesar do declínio, o IDEA alerta que a violência física, as ameaças e a pressão judicial continuam a condicionar o jornalismo no país.

As agressões verbais, escritas e digitais foram o indicador mais frequente de 2025, com 11 alertas, dos quais cinco se agravaram a ameaças de morte. O anonimato dos agressores em 55% dos alertas perpetuou a impunidade e dificultou as investigações. Os agentes estatais foram responsáveis por 25% dos casos em que os perpetradores foram identificados. As denúncias contra um deputado e uma senadora por ameaçarem jornalistas ilustram um padrão sustentado: o poder político exercido como instrumento de silenciamento da imprensa.

Por outro lado, as agressões físicas representaram 25% de todos os alertas. Em cada um dos cinco casos, os perpetradores não puderam ser identificados, o que agrava os níveis de impunidade. Um dos eventos mais preocupantes ocorreu quando um estranho com o rosto coberto atirou um coquetel molotov na casa de Aníbal Benítez, diretor da *PDS Radio y TV Digital*. O jornalista estava em casa com a família. O ataque não deixou feridos, mas o agressor deixou uma bala num envelope como uma ameaça. Também em Lambaré, pessoas desconhecidas atiraram na casa de Carlos Benítez, o diretor de *El Observador*. Segundo o IDEA, os ataques atingem jornalistas que investigam grupos ou máfias infiltradas no sistema judicial, ligando empresas, procuradores e magistrados em esquemas de corrupção.

O assédio judicial (três alertas) persistiu como uma ferramenta de censura em 2025. Os atores estatais realizaram todos esses ataques para silenciar os jornalistas que investigavam a corrupção. Nesse contexto, o juiz Marcos Giménez Rivas proibiu os jornalistas César Candia e Alberto Núñez de relatar um processo de roubo de gado envolvendo Julio Vera, vereador de Yasy Cañy. O IDEA também adverte que os processos tendem a durar anos como uma estratégia de atrito e censura voltada para jornalistas investigativos.

Em relação aos agressores, a mudança mais significativa em relação a 2024 foi a baixa participação dos atores estatais, que passaram de responsáveis por 59,3% no ano anterior para 25% em 2025. Por outro lado, os agressores não identificados atingiram 55% dos casos, o que demonstra a impunidade que protege os ataques contra a imprensa. Já as ameaças digitais ligadas ao tráfico de drogas se intensificaram,



O anonimato dos atacantes em 55% dos alertas perpetuou a impunidade

aumentando o risco de violência física contra jornalistas que investigam o crime organizado.

Finalmente, o projeto de lei para proteger jornalistas e defensores dos direitos humanos enfrentou novas tensões políticas durante 2025. A última versão eliminou a institucionalidade autônoma inicialmente proposta para o mecanismo de proteção, focando a sua implementação no Ministerio del Interior, o que lhe tornaria um órgão dependente do Poder Executivo. Além disso, a última versão do projeto excluiu explicitamente os defensores dos direitos humanos do sistema de proteção, o que gerou críticas de organizações da sociedade civil que trabalham nesta área.

Violência baseada no sexo

O IDEA não registrou alertas de violência baseada no sexo durante 2025. No entanto, a ausência de registros não implica a ausência dos riscos diferenciados enfrentados pelas mulheres no exercício do seu trabalho jornalístico. A falta de alertas registrados durante o ano deve ser interpretada com cautela e como um indicador dos desafios persistentes na denúncia dessas formas de agressão.

Conclusões e recomendações

No Paraguai, as agressões físicas, as ameaças de morte e o assédio judicial continuam afetando sobretudo jornalistas que investigam corrupção, crime organizado e redes de poder, revelando um cenário de elevada vulnerabilidade para o jornalismo investigativo. Somam-se a isso preocupações relacionadas a retrocessos no acesso à informação pública, ao uso instrumental da legislação para restringir a atividade jornalística e às tensões em torno da estruturação do mecanismo de proteção a jornalistas.

Perante essa violência, o IDEA recomenda a formação de magistrados e procuradores para evitar que os regulamentos para proteção das mulheres sejam usados como uma ferramenta para censura prévia ou intimidação contra jornalistas. Quanto aos mecanismos e modalidades de solicitação de informação pública, recomenda reverter a obrigação de “identidade eletrônica” para consultas básicas no Portal Unificado, garantindo que cidadãos estrangeiros e jornalistas internacionais possam exercer esse direito sem obstáculos técnicos. Ao mesmo tempo, é essencial continuar a discutir melhores padrões para uma lei que proteja os jornalistas no Paraguai. O Poder Judicial também deve estabelecer mecanismos transparentes para relatar o andamento das investigações para conter a impunidade. Finalmente, **a Mesa para la Seguridad de Periodistas requer uma formalização legal e um orçamento destinado a implementar medidas reais de prevenção, proteção e justiça.**

Peru 2025

Número de alertas:

62

Número de vítimas:

97

Alertas transversais
baseados no sexo:

2

Número de alertas por indicador:



21 AGRESSÕES
FÍSICAS



13 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS E
DIGITAIS



8 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



5 RESTRICTIONS ON
ACCESS TO
INFORMATION



4 ASSASSINATOS



4 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



3 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES

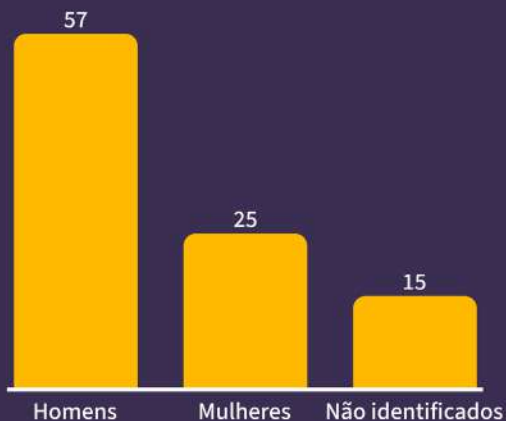


3 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS



1 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL

Sexo das vítimas:



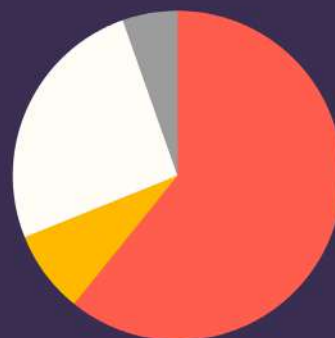
Agressores:

Estatais
60.8%

Não estatais
8.1%

Não identificados
25.7%

Grupos à
margem da lei
5.4%



Contexto e tendências

Em 2025, a convergência das economias ilegais com violência armada e tibieza institucional corroeu as garantias de liberdade de imprensa no Peru. Nesse contexto, investigar o tráfico de drogas, a exploração madeireira e a mineração ilegal significaram um risco letal para os jornalistas que cobriam essas pautas. De acordo com o acompanhamento do Instituto Prensa y Sociedad (IPYS), a ofensiva sistemática aumentou o número de vítimas em 83% em relação ao ano anterior, de 53 em 2024 para 97 em 2025.

Os assassinatos de Gastón Medina, Raúl Celis, Mitzar Castillejos Tenazoa e Fernando Núñez Guevara representaram a expressão mais extrema de violência contra a imprensa em 2025. Cometidos por pistoleiros em plena luz do dia, esses crimes expõem a extrema vulnerabilidade do jornalismo de investigação, especialmente em regiões fora da capital do país. Um caso ilustrativo é o do jornalista Castillejas Tenazoa, que investigava o financiamento de rotas ilegais de mineração e tráfico de drogas na Amazônia antes de ser morto. A violência letal, associada a ameaças de morte contra Gudelia Gálvez, Manuel Calloquispe e Hessed Rosales Santos, permanece praticamente impune, consolidando uma mensagem de tolerância face à violência contra a imprensa e desencorajando o jornalismo em questões de interesse público.

Os ataques físicos representaram 33,9% dos alertas do ano, afetando 41 profissionais da imprensa. Indivíduos, servidores públicos e forças de segurança usaram a força para obstruir a cobertura, estendendo ataques às casas e veículos dos jornalistas.

Estruturas do crime organizado e grupos à margem da lei também adicionaram a sua própria ofensiva, perpetrando cerca de 5,4% dos ataques. As redes criminosas implantaram táticas de intimidação direta e assédio sistemático em ambientes públicos e privados. Em Huaral, um homem desconhecido colocou dinamites na casa de Carlos Mesías Zárate, diretor jornalístico do portal informativo *Central de Noticias*, em retaliação às suas investigações sobre uma suposta rede de posseiros que operaria na área. Embora a detecção precoce do dispositivo tenha impedido a explosão, o caso ilustra os riscos extremos enfrentados pelos jornalistas que investigam redes criminosas em regiões mais remotas.

Em paralelo, o ambiente digital concentrou 19,4% do total de alertas. O assédio foi cometido principalmente através de restrições ao acesso à informação, discursos estigmatizantes e agressões verbais, escritas e digitais. Figuras políticas como Rafael López Aliaga, Tomás Gálvez e funcionários da Presidencia del Consejo de Ministros, entre outros, ativaram exércitos de robôs e redes de operadores para corroer a credibilidade da imprensa na internet. A estratégia de descrédito



O IPYS registrou um aumento de 83% no número de vítimas

funciona através de “mercenários digitais” ou “los dibujitos”, grupos especializados na organização de ataques sistemáticos contra jornalistas nas redes sociais.

O assédio judicial representou 13% do total de alertas, consolidando-se como o terceiro tipo de agressão mais frequente. No final de 2025 existiam seis processos judiciais contra jornalistas em andamento. Um deles envolve a jornalista Yessica Rosario Bazalar Sequeiros, diretora do veículo Cusco en Portada, que enfrenta uma séria campanha de assédio judicial, perseguição política e censura sistemática promovida pelo congressista Alejandro Soto Reyes, membro da Alianza para el Progreso e ex-presidente do Congresso. As queixas foram sistematicamente admitidas pela Corte Superior de Cusco, demonstrando como o Poder Judicial pode se tornar um instrumento de abuso de poder, com efeitos diretos no devido processo legal, no direito de informar e na liberdade de expressão.

Violência baseada no sexo

O IPYS registrou dois alertas transversais de violência baseada no sexo em 2025. Entre os casos está o de Romina Mella, jornalista que investiga corrupção e que tem sido alvo recorrente de campanhas de difamação nas redes sociais destinadas a desqualificar seu trabalho por meio de insultos como “burra”, “estúpida” ou “secretária”. Além disso, Clara Elvira Ospina enfrentou ataques digitais com componentes xenófobos para o seu trabalho jornalístico, com expressões como “volte para o seu país”. O padrão de ataques foi usado por vários atores políticos contra mulheres jornalistas para alimentar um clima hostil que procura desencorajar a participação delas no debate público.

Conclusões e recomendações

Em 2025, o jornalismo no Peru sofreu uma grave deterioração das suas condições de segurança, evidenciada por um aumento de 83% no número de vítimas em comparação com o ano anterior. A piora se refletiu no assassinato de quatro jornalistas, no avanço das economias ilegais, no aumento do assédio digital e no uso instrumental do sistema judicial, especialmente contra o jornalismo de investigação. Longe de serem fatos isolados, fazem parte de um padrão sistemático que visa silenciar vozes críticas. Num contexto de crise política persistente e fraqueza institucional, o cenário tem um impacto direto na qualidade democrática do país e no exercício jornalístico em particular. A resposta do Estado tem sido claramente insuficiente: o mecanismo de proteção existe, mas carece de recursos e capacidade operacional, enquanto as investigações estão progredindo lentamente e raramente identificam os autores intelectuais dos ataques.

Em vista das eleições de 2026, há um risco elevado de agravamento da situação. Assim, o IPYS alerta para a urgência na adoção pelo

Estado de medidas eficazes, coordenadas e profissionais para garantir a proteção dos jornalistas e combater a impunidade. Também é essencial reforçar o mecanismo de proteção com orçamentos adequados e melhorar a capacidade de investigação do sistema de justiça. Por fim, recomenda mobilizar a cidadania para amplificar as demandas das entidades que monitoram e defendem a liberdade de imprensa, diante do preocupante aumento da violência contra o jornalismo.

Uruguai 2025

Número de alertas:

43

Número de vítimas:

44

Alertas transversais
baseados no sexo:

4

Número de alertas por indicador:



18 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



6 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



5 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



4 ASSÉDIOS
JUDICIAIS



3 AGRESSÕES
FÍSICAS



3 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS E
DIGITAIS



2 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL

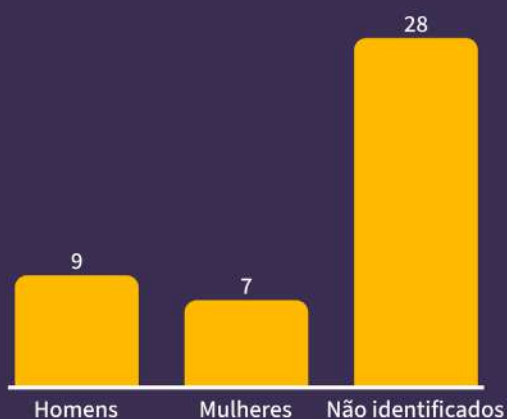


1 MARCOS LEGAIS
CONTRÁRIOS ÀS
NORMAS
INTERNACIONAIS



1 VIOLÊNCIA
SEXUAL

Sexo das vítimas:

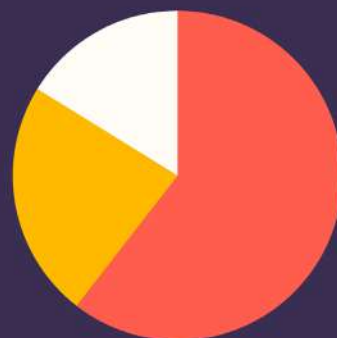


Agressores:

■ Estatais
60.5%

■ Não estatais
23.3%

■ Não identificados
16.3%



Contexto e tendências

Depois de anos de tensão, a mudança de governo em 1º de março de 2025 alterou o tom com que as autoridades se relacionam com o jornalismo. Essa mudança de ambiente interrompeu a escalada de estigmatização contra a imprensa observada no quinquênio anterior e reduziu em 56,8% o número de jornalistas afetados: dos 69 alertas com 69 vítimas registradas em 2024, passou-se para 43 alertas que atingiram 44 profissionais da imprensa em 2025. A melhora nos indicadores aponta para um contexto relativamente mais favorável ao exercício do jornalismo, embora desafios estruturais ainda persistam.

As restrições ao acesso à informação seguem sendo a violação mais frequente, concentrando 41,9% do total de alertas do ano. O indicador expõe o enfraquecimento da *Ley de Acceso a la Información Pública* (n.º 18.381) diante da adoção de critérios restritivos que recorrem de forma abusiva ao sigilo e à confidencialidade. A esse cenário de opacidade soma-se a resolução ainda vigente da procuradora-geral interina, Mónica Ferrero, que proíbe a divulgação de informações sobre ações penais envolvendo figuras públicas, além de uma Ley de Medios que — segundo a Cainfo — estimula a concentração e a estrangeirização da propriedade dos meios de comunicação. Embora a mudança de governo gere expectativas de revisão normativa, a fragmentação parlamentar — com maioria governista no Senado, mas não na Câmara dos Deputados — condiciona qualquer avanço a negociações com uma oposição que sustenta discursos de confronto contra os meios de comunicação.

Os discursos estigmatizantes, cuja incidência no total de alertas caiu de 24,6% em 2024 para 14% em 2025, posicionaram-se como uma das principais tendências, com cinco alertas registrados. A senadora Graciela Bianchi esteve envolvida em quatro desses casos ao desqualificar jornalistas em suas redes sociais, chamando-os de “ensobraditos” [“subornados”], acusando-os de informar “em troca de dinheiro” e classificando como uma “operação difamatória” o *Sin Piedad*, um programa jornalístico investigativo. Essas narrativas estigmatizantes provenientes do oficialismo buscam minar a credibilidade do jornalismo e neutralizar seu papel de fiscalização do poder.

Entre as agressões verbais, escritas e digitais, também foram registrados episódios de pressão direta sobre veículos de comunicação para modificar ou retirar conteúdos informativos. Um caso de forte repercussão foi o do empresário Francisco De Posadas, proprietário do *Grupo Magnolio*, que pressionou veículos de comunicação a remover de suas edições digitais a notícia sobre um atentado contra seus escritórios ocorrido em 21 de maio. Segundo relatos divulgados em meios profissionais, vários veículos concordaram em retirar a notícia. O episódio motivou a intervenção da Instituição Nacional de Direitos

Humanos, que classificou o caso como um grave ato de censura e uma violação do direito à informação. O caso expôs a vulnerabilidade dos meios de comunicação diante de pressões econômicas e o peso que a concentração da propriedade pode exercer sobre a circulação de informações de interesse público.

A identificação de cinco casos de violência por meio do uso de tecnologias digitais no Uruguai, embora quantitativamente limitada, é qualitativamente significativa, pois reflete a persistência e adaptação das agressões contra o jornalismo. Esse tipo de violência costuma manifestar-se em campanhas de hostilização nas redes sociais, disseminação de conteúdo estigmatizante, ameaças e ataques coordenados, muitas vezes amplificados pela lógica algorítmica das plataformas. Embora não constitua a forma predominante de agressão no país, sua presença evidencia uma tendência regional em expansão, na qual o espaço digital se consolida como um terreno propício à intimidação e ao silenciamento, especialmente em contextos de elevada polarização.

Violência baseada no sexo

A Cainfo relatou quatro alertas transversais ligados à violência baseada no sexo em 2025. O caso da jornalista esportiva Ana Inés Martínez marcou um precedente após ela denunciar assédio moral e sexual envolvendo a direção do Canal 10 e do telejornal Subrayado. Embora a Justiça tenha arquivado a ação trabalhista por falta de provas, a denúncia de assédio sexual avançou com base em mensagens e comunicações documentadas.

O caso trouxe visibilidade à violência estrutural e simbólica que afeta de forma diferenciada as mulheres no exercício da profissão, especialmente em contextos marcados por relações hierárquicas desiguais e debates públicos de elevada sensibilidade política.

Conclusões e recomendações

O cenário uruguaio em 2025 mostra sinais de relaxamento na relação entre as autoridades estatais e a imprensa, refletidos numa redução do número de alertas registrados em relação ao ano anterior. No entanto, a vigência de marcos normativos regressivos, a concentração da propriedade midiática e as restrições ao acesso à informação pública evidenciam desafios estruturais que requerem atenção urgente.

Para a Cainfo, o diálogo atual deve resultar em reformas que garantam autonomia e poder vinculante ao órgão responsável por assegurar o acesso à informação. Além disso, o Estado deve remover as disposições que restringem o acesso a informações judiciais de interesse público. Por outro lado, os casos de violência baseada em gênero exigem mecanismos efetivos de prevenção, denúncia e responsabilização nos meios de comunicação, além de garantias



Restrições
ao acesso à
informação
representaram
41,9% do total
de alertas

contra represálias trabalhistas. Fortalecer as instituições e assegurar ambientes seguros são condições indispensáveis para que as mulheres exerçam plenamente a liberdade de expressão.

A consolidação de um ambiente plenamente respeitoso da liberdade de expressão no Uruguai dependerá, nos próximos anos, da capacidade de transformar a atual abertura ao diálogo em reformas normativas e institucionais concretas. Isso implica revisar e adequar os marcos legais que possam viabilizar restrições indevidas, fortalecer os mecanismos de proteção e de resposta a agressões contra jornalistas, assegurar a independência e a capacidade de atuação dos órgãos competentes e promover políticas públicas de prevenção que enfrentem estruturalmente as violações identificadas.

Venezuela 2025

Número de alertas:

88

Número de vítimas:

155

Alertas transversais
baseados no sexo:

0

Número de alertas por indicador:



20 AGRESSÕES
VERBAIS, ESCRITAS E
DIGITAIS



15 DETENÇÕES
ARBITRÁRIAS



13 DISCURSOS
ESTIGMATIZANTES



12 ABUSOS
DO PODER
ESTATAL



12 VIOLÊNCIAS POR
MEIO DO USO
DA TECNOLOGIA
DIGITAL



11 RESTRIÇÕES AO
ACESSO À
INFORMAÇÃO



4 AGRESSÕES
FÍSICAS



3 DESAPARECIMENTOS
FORÇADOS

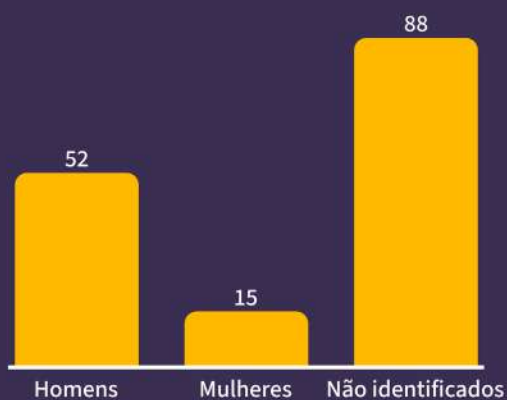


2 DESLOCAMENTOS
FORÇADOS



1 ASSÉDIO
JUDICIAL

Sexo das vítimas:



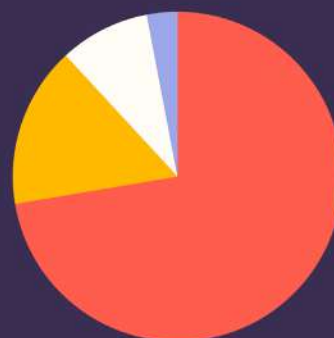
Agressores:

Estatais
72.3%

Não estatais
15.8%

Não identificados
8.9%

Paraestatais
3%



Contexto e tendências

A repressão do regime de Nicolás Maduro após o processo eleitoral de 2024 determinou o contexto hostil em que o jornalismo se desenvolveu em 2025 no país. Durante o período, o Instituto Prensa y Sociedad (IPYS Venezuela) registrou 88 alertas com 155 vítimas, uma redução significativa ante os 487 anotados no ano anterior. O declínio mostra um clima de autocensura, no qual a retirada da cobertura surge como uma estratégia de sobrevivência diante de um ambiente cada vez mais restritivo.

Esse cenário tem uma face predominantemente estatal: **uma das tendências do ano foi o aumento na proporção de agressores estatais na Venezuela, de 55,8% em 2024 para 72,3% em 2025**. Os dados mostram um aprofundamento da natureza estrutural da violência contra a imprensa, em que o Estado não só aumenta o seu peso quantitativo, mas também consolida o seu papel como principal agente de restrição do espaço de informação.

As agressões verbais, escritas e digitais, com 20 alertas (21,5% do total), constituem a categoria mais frequente do período e funcionam como o primeiro nível de pressão na imprensa. A distribuição das agressões se concentra em momentos de alta tensão política, especialmente em torno da tomada de posse de Nicolás Maduro, quando foram registrados ataques simultâneos em vários estados do país. A maioria deles foi dirigida aos meios de comunicação independentes e veio de atores estatais (71,4%), seguidos de paraestatais (14,3%), confirmando o seu caráter estrutural e intencional.

A prisão sistemática de jornalistas consolidou-se como a tendência mais preocupante de 2025. **O IPYS Venezuela documentou 15 detenções arbitrárias envolvendo 16 profissionais, um número sem precedentes no país**. Um dos casos foi o da jornalista Nakary Ramos e de seu marido, Gianni González, presos depois de Nakary publicar uma reportagem sobre a percepção dos cidadãos sobre a insegurança na Venezuela. O regime agravou essa arbitrariedade com o desaparecimento forçado (três alertas) como mecanismo adicional de pressão. O caso do jornalista Rory Branker ilustra essas dinâmicas: as forças de segurança submeteram-no a três períodos de desaparecimento durante a sua detenção. Para além dos casos individuais, as detenções tiveram um efeito estrutural no jornalismo. **A possibilidade real de ser privado de liberdade por informar criou um clima de medo e incerteza que levou muitos trabalhadores da imprensa a reduzir a sua exposição pública, evitar cobrir questões sensíveis e omitir assinaturas para proteger a integridade**.

Ao mesmo tempo, o Estado impôs 11 restrições ao acesso à informação que aprofundaram o cerco institucional contra o

jornalismo. Essas violações incluíram o bloqueio seletivo de profissionais da imprensa em eventos oficiais — como a convocação restrita de fotógrafos e cinegrafistas para cobrir o evento de prestação de contas do presidente Nicolás Maduro —, episódios de intimidação e censura em pelo menos oito municípios durante as eleições locais e a criminalização de opiniões especializadas na área econômica. A obstrução deliberada do acesso a fontes oficiais restringe o trabalho jornalístico e viola o direito dos cidadãos à informação de interesse público.

A essas dinâmicas de pressão política e judicial soma-se a **precariedade do ecossistema da mídia venezuelana**. A falta de financiamento obrigou os meios de comunicação social e as organizações jornalísticas a reduzir os seus equipamentos e capacidades operacionais. Da mesma forma, o sufocamento econômico levou vários jornalistas a abandonar a profissão ou a cumprir vários papéis por causa da impossibilidade de se sustentar economicamente através da sua profissão. Essas condições afetam particularmente o jornalismo local, um dos setores mais atingidos pela crise e contribuem para uma diminuição da cobertura noticiosa em várias regiões do país, aprofundando fenômenos como os desertos da informação.

Violência baseada no sexo

Em 2025, o IPYS Venezuela não registrou avisos transversais à violência baseada no sexo. A falta não implica necessariamente a ausência desse tipo de agressão, e sim pode estar ligada à dinâmica de subnotificação, às dificuldades em identificar esses padrões ou à priorização de outras formas de violência em contextos altamente restritivos. Os mecanismos de monitoramento e análise precisam ser reforçados para captar devidamente essas dinâmicas.

Conclusões e recomendações

Os dados refletem um cenário em que o aumento dos riscos levou a um recuo do exercício jornalístico em 2025. A privação de liberdade de 16 jornalistas, juntamente com práticas como desaparecimentos forçados e restrições ao acesso à defesa legal tiveram um forte efeito dissuasor em toda a classe jornalística. Nesse contexto, o Estado consolidou-se como a principal estrutura de um ambiente restritivo que sistematicamente limita a liberdade de expressão.

Nesse contexto, o IPYS Venezuela apela ao fortalecimento de iniciativas jornalísticas independentes e à promoção de estratégias de proteção coletiva, como protocolos de segurança digital, redes de apoio entre jornalistas e mecanismos de resposta rápida às detenções, que permitam que o jornalismo seja sustentado num ambiente marcado pelo assédio institucional. Também sublinha a **necessidade**



Atores estatais
perpetraram
72,3% dos
ataques contra a
imprensa

de continuar a documentar e tornar visíveis os ataques contra a imprensa, a fim de evitar que a autocensura, o exílio forçado e o encerramento dos meios de comunicação se tornem a norma.

As alianças entre os meios de comunicação social nacionais e internacionais constituem uma forma relevante de preservar o acesso à informação de interesse público e garantir a continuidade do jornalismo, para o qual o IPYS Venezuela insiste na sua manutenção e expansão. Finalmente, o IPYS Venezuela reitera o apelo às autoridades venezuelanas para que garantam condições adequadas para o exercício do jornalismo e respeitem o direito de informar. O jornalismo desempenha um papel essencial em qualquer sociedade democrática e o seu exercício não deve ser criminalizado.

Conclusões

Em 2025, a liberdade de imprensa na América Latina continuou a se deteriorar. Os alertas documentados pela Rede VDS revelam que a violência contra o jornalismo deixou de ser expressa apenas em ataques diretos: ela surge hoje na convergência de mecanismos físicos, digitais, institucionais e discursivos que restringem e condicionam progressivamente o exercício jornalístico.

Os atores estatais perpetraram 50,5% dos avisos documentados em 2025, confirmando o papel do Estado como o principal agressor ao jornalismo na América Latina. As ações desses atores ocorreram por meio de discursos estigmatizantes, restrições ao acesso à informação, assédio judicial, detenções arbitrárias e uso abusivo do poder público. Enquanto em contextos autoritários como Cuba, Nicarágua e Venezuela tais práticas consolidaram um controle quase absoluto sobre o ecossistema dos meios de comunicação, nas democracias formais o poder estatal adotou modalidades menos visíveis – como discursos estigmatizantes – mas igualmente prejudiciais, orientadas para o atrito, a deslegitimação e a censura indireta.

Em 2025, a violência letal atingiu níveis alarmantes: 23 jornalistas foram mortos, um aumento de 9 casos em comparação com 2024. Esses crimes, em geral, foram realizados após ameaças anteriores ou apesar da existência de medidas de proteção. O México consolidou-se como o país mais letal da região com o registro de sete assassinatos; o Equador registrou um número sem precedentes de cinco homicídios e o Peru vem a seguir com quatro casos ligados à cobertura de economias ilegais. Esses homicídios expõem as falhas estruturais dos sistemas estatais de prevenção, proteção e investigação.

As agressões físicas – com 296 alertas – continuaram sendo um mecanismo de intimidação e silenciamento. O monitoramento regional revela que a cobertura de protestos, corrupção, segurança pública ou crime organizado continua representando riscos para a integridade dos trabalhadores dos meios de comunicação. Em vários países, a violência física – precedida por ameaças e sustentada pela impunidade – mantém seu papel de forçar a autocensura na cobertura mais sensível.

O ambiente digital surgiu em 2025 como uma nova frente de ataque contra o jornalismo. Campanhas audiovisuais coordenadas de assédio, ameaças, vigilância, manipulação e descrédito ampliaram a capacidade de prejudicar jornalistas e meios de comunicação em vários países. Esse padrão mostra que a violência está rapidamente

se adaptando a novas plataformas e tecnologias para aperfeiçoar o assédio e proteger a impunidade do agressor.

Além disso, com 547 alertas registrados, os discursos estigmatizantes se impuseram como uma ferramenta disciplinadora regional. O impacto foi especialmente visível em contextos de polarização política e disputa eleitoral, nos quais o discurso oficial procurou deslegitimar a imprensa, corroer a confiança do público no seu trabalho e apontá-la como adversária política, abrindo caminho para uma maior agressão.

As restrições ao acesso à informação e ao assédio judicial confirmaram a expansão das formas indiretas de censura. Obstáculos burocráticos, exclusão dos espaços oficiais, processos judiciais repetidos, queixas criminais e medidas judiciais intimidantes enfraqueceram a capacidade de investigação da imprensa e deterioraram a confiança nas instituições que deveriam garantir direitos fundamentais.

Finalmente, a expansão das zonas de silêncio, o deslocamento forçado e a autocensura confirmaram em vários territórios que a violência já não busca apenas punir jornalistas, mas também erradicar o jornalismo independente. Onde a imprensa recua, avançam a opacidade e a impunidade — e se corrói o direito da população à informação.

Nesse contexto, a Red VDS propõe as seguintes recomendações para proteger o direito à informação e a proteção da liberdade de imprensa e de expressão na região:

1. Adotar políticas de proteção abrangentes com capacidade operacional real

Os casos de jornalistas assassinados mesmo sob medidas de proteção, como ocorreu no México e em Honduras, além dos contextos de risco extremo observados no Peru, evidenciam a urgência de transformar esses sistemas em mecanismos efetivos de prevenção, e não em estruturas meramente formais desprovidas de capacidade operacional. O agravamento dos ataques contra jornalistas na região exige que os Poderes Executivos projetem e implementem políticas abrangentes de proteção que articulem medidas eficazes de prevenção, resposta e reparação. Essas políticas devem ir além de abordagens reativas e incorporar sistemas de alerta precoce, avaliações individualizadas de risco e estratégias diferenciadas para contextos de alta violência, como em territórios sob o controle de atores armados ou processos eleitorais. Para garantir a eficácia, os mecanismos de proteção devem ter orçamentos adequados, pessoal especializado e capacidade de coordenação interagências com as promotorias, as forças de segurança e as autoridades locais. Da mesma forma, as forças de segurança devem estar sujeitas a protocolos obrigatórios que reconheçam e protejam o papel do jornalismo em espaços de tensão e conflito.

2. Assegurar investigações eficazes para quebrar o ciclo de impunidade

A persistência de assassinatos, ameaças, desaparecimentos, deslocamentos forçados e agressões físicas exige que os Ministérios Públicos e os Poderes Judiciários conduzam investigações diligentes, exaustivas e independentes sobre todas as agressões contra jornalistas, identificando e responsabilizando tanto os autores materiais quanto os intelectuais — incluindo redes criminosas e agentes públicos responsáveis por ação ou omissão. Para isso, é imperativo criar ou fortalecer promotorias e unidades especializadas em crimes contra a liberdade de expressão, dotando-as de recursos técnicos e financeiros, autonomia funcional e capacitação específica. Por sua vez, os órgãos disciplinares e de supervisão devem monitorar o desempenho de procuradores e juízes, assegurando a responsabilização por negligência, atrasos injustificáveis ou encobrimentos.

Em toda a região — e de forma ainda crítica no México, Equador, Honduras, Guatemala, Peru e Colômbia —, há uma necessidade urgente de avançar com reformas estruturais que restaurem a confiança do público na justiça e quebrem a mensagem de tolerância diante da violência contra a imprensa.

3. Prevenir o uso abusivo do sistema judicial e reformar marcos normativos restritivos

A expansão do assédio judicial como mecanismo de atrito e censura exige que os poderes legislativos revejam e reformem marcos normativos que favoreçam a criminalização do jornalismo, especialmente aqueles que tipificam difamação, desacato e crimes ligados à segurança nacional de forma passível de utilização abusiva contra a imprensa. Ao mesmo tempo, os Poderes Judiciários devem impor rigorosamente os padrões interamericanos e internacionais de liberdade de expressão para conter processos infundados, evitar medidas cautelares desproporcionais e garantir a proibição da censura prévia. Os Ministérios da Justiça e os Conselhos do Poder Judicial devem emitir diretrizes para impedir o uso instrumental dos tribunais no sentido de intimidar os meios de comunicação e os jornalistas.

Os padrões documentados na Argentina, no México, na Colômbia e no Peru mostram que a ameaça reside não apenas numa eventual condenação, mas no custo econômico, temporário e reputacional do próprio processo judicial. Portanto, confrontar essa prática é essencial não só para proteger a imprensa, mas para restaurar a função democrática da justiça — ou seja, garantir direitos, e não suprimi-los.

4. Abordar discursos estigmatizantes de forma estrutural

O aumento constante dos discursos estigmatizantes proferidos por atores estatais, como nos casos observados na Argentina, Honduras, Costa Rica e El Salvador, mostra que essas narrativas não são meramente retóricas: elas corroem a confiança do público na imprensa, aumentam a exposição a novas agressões e intensificam-se em contextos de polarização política ou disputa eleitoral. Inverter essa tendência requer que os Poderes Executivos, especialmente chefes de Estado, ministérios e porta-vozes oficiais, adotem compromissos explícitos de respeitar a liberdade de imprensa e se abstenham de emitir declarações que desacreditem, apontem ou apresentem o jornalismo como um inimigo público. Os Estados devem estabelecer códigos de conduta que regulem a comunicação oficial sobre a imprensa, mecanismos para o monitoramento sistemático dos discursos dos canais institucionais e vias de responsabilização quando autoridades os usam para atacá-la. As defensorias públicas, os órgãos eleitorais e os órgãos dos direitos humanos devem desempenhar um papel ativo na documentação e acompanhamento dessas práticas.

5. Garantir o acesso efetivo à informação pública e fortalecer o pluralismo midiático

A persistência de restrições ao acesso à informação pública exige que os Poderes Executivos cumpram efetivamente as obrigações de transparência ativa e garantam respostas oportunas às solicitações de cidadãos e jornalistas. Isso significa erradicar práticas como a exclusão de coletivas de imprensa, a discricionariedade na concessão de credenciais, as demoras sistemáticas e o fornecimento incompleto de informações. Por sua vez, os Poderes Legislativos devem revisar as normas que restringem o acesso à informação e fortalecer a autonomia das autoridades garantidoras diante de interferências do Executivo.

Em países onde padrões sistemáticos de opacidade ou bloqueio de informações foram documentados, incluindo México, Honduras, El Salvador, Uruguai, Bolívia, Cuba e Venezuela, é prioritário restaurar as condições mínimas de acesso às fontes oficiais. Ao mesmo tempo, os Estados devem promover políticas que promovam a sustentabilidade dos meios de comunicação independentes, comunitários e indígenas, através de critérios transparentes na distribuição da publicidade oficial e mecanismos de acesso equitativo ao financiamento público.

6. Proteger a liberdade de expressão em ambientes digitais e regular o uso de tecnologias emergentes

A consolidação do ambiente digital enquanto espaço central de agressão requer respostas institucionais à altura do fenômeno. Os casos documentados no Chile, Brasil, Costa Rica, Nicarágua, Equador e El Salvador confirmam que a violência digital deixou de ser um

acessório para se tornar uma dimensão estrutural de risco para o jornalismo.

Os Poderes Executivos e os órgãos competentes devem desenvolver políticas públicas destinadas a prevenir e punir ameaças online, campanhas coordenadas de assédio, vigilância arbitrária, disseminação de dados pessoais e manipulação tecnológica contra jornalistas. Essas políticas devem garantir a confidencialidade das fontes, fortalecer as capacidades de segurança cibernética e oferecer canais ágeis de comunicação e assistência técnica. O uso crescente da inteligência artificial para fabricar conteúdo falso ou amplificar campanhas de assédio também requer marcos reguladores consistentes com os direitos humanos, transparência e padrões de rastreabilidade.

As plataformas digitais, por sua vez, devem adotar mecanismos eficazes e transparentes para identificar e responder a ataques coordenados e a conteúdos abusivos destinados a silenciar vozes jornalísticas, bem como a cooperar na identificação dos perpetradores.

7. Incorporar políticas de proteção dirigidas às mulheres jornalistas

Os dados de 2025 confirmam que as mulheres jornalistas enfrentam formas de violência diferenciadas pelo fato de serem mulheres. São ataques que, para além de procurarem silenciar uma voz, apontam para a credibilidade, o corpo e a vida privada delas com o objetivo de expulsá-las do exercício jornalístico. Os Estados devem reconhecer essa especificidade e responder de acordo. Os mecanismos de proteção e as agências especializadas devem elaborar protocolos específicos para a prevenção, denúncia e acompanhamento dos jornalistas afetados pela violência baseada no sexo, assegurando apoio psicossocial, assistência jurídica e canais confidenciais de denúncia. Em países como o México, Brasil e Uruguai, onde foram registrados altos níveis de alertas relacionados a mulheres jornalistas, a resposta institucional é especialmente urgente.

Os meios de comunicação, por sua vez, devem adotar políticas internas de prevenção, atenção e punição contra essas agressões, tanto as que ocorrem fora como dentro das redações.

8. Fortalecer a cooperação regional e internacional

A natureza transnacional de várias ameaças contra a imprensa — exílio, deslocamento forçado, crime organizado, campanhas digitais e violência nas fronteiras — exige que os Estados, em coordenação com organizações internacionais e sistemas regionais de direitos humanos, fortaleçam mecanismos permanentes de cooperação. O caso de países como Cuba, Nicarágua e Venezuela, nos quais o jornalismo é

parcialmente exercido do exílio, ilustra até que ponto o banimento se tornou uma forma eficaz de censura que transcende as fronteiras.

O desenvolvimento de plataformas regionais para alerta precoce, intercâmbio de informações, proteção coordenada e acompanhamento de casos graves é uma prioridade. A comunidade internacional deve, além disso, reforçar seu apoio a jornalistas e veículos de comunicação deslocados que continuam informando a partir do exterior, garantindo que o exílio não anule sua capacidade de informar nem seu direito à proteção.

VOCES
DEL SUR

